

**UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de
Filosofia e Ciências**

Conceituação teórica da esquerda e direita no espectro político

José Fernando Toledo Paniago

Marília

2016

José Fernando Toledo Paniago

Conceituação teórica da esquerda e direita no espectro político

**Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso Bacharelado em Relações Internacionais
da Faculdade de Filosofia e Ciências da
Universidade Estadual Paulista “Julho de
Mesquita Filho” com requisito para obtenção do
título de bacharel em Relações Internacionais.**

Orientador: Prof. Dr. Rafael Salatini de Almeida

Marília

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu esta existência, saúde, forças e a oportunidade de realizar coisas como este trabalho.

À minha família, meu pai José Ribamar Soares Paniago, minha mãe Ligia Orestes Toledo, minha irmã Maria Clara Toledo Paniago, e todos os outros, que sempre estiveram ao meu lado e acreditaram em mim. Todos foram fundamentais para a consecução de minha monografia.

Agradeço à Fabiana Manicardi Mattar, companheira que me apoiou e incentivou em todas as horas, sem a qual teria tornado o trabalho muito mais difícil.

Igualmente importante foi meu orientador, o professor Dr. Rafael Salatini de Almeida, sempre muito solícito em ajudar e proferindo correções e sugestões muito pertinentes.

Agradeço a todos os moradores da República Dominicana, com os quais convivi durante os quatro anos de minha graduação e compartilhei momentos inesquecíveis, de enorme parceria e amizade.

Aos meus amigos do Departamento de Mocidade da USE (União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo), agradeço o apoio, tanto nas palavras, ou mesmo em oração e pensamento, e o insubstituível suporte espiritual.

Agradeço também aos amigos da empresa THX Transportes, em especial Christiano Maurício da Silva e Laurence Tataren, por terem me proporcionado aprendizados que guardarei por toda a vida.

À escola GAPPE, localizada em Campo Grande-MS, pela formação íntegra que recebi, consolidando em meu caráter valores morais como respeito, honestidade e autonomia.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos os colegas da nona turma de Relações Internacionais pela convivência, todos os professores dos quais obtive ensinamentos preciosos, assim como toda a comunidade acadêmica unespiana da Faculdade de Filosofia e Ciências.

*A reunião dessas duas faculdades, **inteligência** e **moralidade**, é, pois, necessária a criar uma preponderância legítima, a que a massa se submeterá cegamente, porque lhe inspirará plena confiança, pelas suas luzes e pela sua justiça. [...] Só este princípio pode constituir uma supremacia durável, porque terá a animá-la sentimentos de justiça e caridade. A essa aristocracia chamaremos: **aristocracia intelecto-moral**. (Allan Kardec).*

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar e analisar as contribuições de três autores sobre a distinção entre direita e esquerda, a saber: Norberto Bobbio, com a obra “Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política”, Anthony Giddens e o livro “Para além da direita e da esquerda – o futuro da política radical”, e Murray Rothbard, com a obra “Direita e esquerda – perspectivas para a liberdade”. Os autores discutem proficuamente diversos temas relativos à distinção. Bobbio faz uma análise acurada dos argumentos contrários e favoráveis à diáde e propõe a oposição entre igualdade e desigualdade como definidor entre da esquerda e direita, respectivamente. Giddens apresenta a superação desta discussão, e tenta propor questões essenciais à uma nova sociedade na pós-modernidade. Por fim, Rothbard discute as perspectivas para a liberdade sob a ótica do libertarianismo.

Palavras-chave: *Esquerda; direita; distinção; pós-modernidade; liberdade.*

ABSTRACT

This study aims to present and analyze the contributions of three authors of the distinction between right and left, namely: Norberto Bobbio, with the work "Right and left - The Significance of a Political Distinction", Anthony Giddens and the book "Beyond left and right - the future of radical politics", and Murray Rothbard, with the work "Left and Right – the prospects for liberty". The authors fruitfully discuss various issues relating to the distinction. Bobbio makes an accurate analysis of the arguments against and in favor of dyad and proposes the opposition between equality and inequality as defining between left and right, respectively. Giddens has overcome this discussion, and tries to propose key issues to a new society in postmodernity. Finally, Rothbard discusses the prospects for freedom from the perspective of libertarianism.

Key-words: *Left wing; right wing; distinction; postmodernity; liberty.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: Direita e esquerda no pensamento de Norberto Bobbio	13
1.1. Uma análise dos prefácios de <i>Direita e esquerda</i>	13
1.2. Uma análise dos capítulos de <i>Direita e esquerda</i>	16
1.3. Uma análise dos apêndices de <i>Direita e esquerda</i>	28
CAPÍTULO 2: Direita e esquerda no pensamento de Anthony Giddens	32
2.1. Uma análise da introdução de <i>Para além da esquerda e da direita</i>	32
2.2. Uma análise dos capítulos de <i>Para além da esquerda e da direita</i>	37
CAPÍTULO 3: Direita e esquerda no pensamento de Murray Rothbard	65
3.1. Uma análise da apresentação de <i>Esquerda e direita</i>	65
3.2. Uma análise dos capítulos de <i>Esquerda e direita</i>	65
CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS	71

APRESENTAÇÃO

Esta monografia possui como objetivo central analisar o que é a esquerda e a direita a partir dos principais teóricos políticos contemporâneos que se debruçaram sobre esses conceitos. Pode parecer, à primeira vista, um objetivo despropositado, mas sua importância na verdade é bastante consistente, por isso interessou a inúmeros intérpretes políticos, como Norberto Bobbio, Murray Rothbard, Alain De Benoist, Anthony Giddens, Alain Finkielkraut, Ralf Dahrendorf, Perry Anderson, Jürgen Habermas, Christopher Lasch, Richard Rorty, Roberto Mangabeira Unger, etc. Desses escolhemos três autores para uma análise mais detida em torno de suas obras dedicadas ao tema da distinção entre direita e esquerda: o filósofo italiano Norberto Bobbio, o sociólogo britânico Anthony Giddens e o pensador político norte-americano Murray Rothbard.

Quando da escolha do tema do trabalho, eu possuía a certeza de que seria na área de Ciência Política, área a qual mais me encantara dentro do estudo das Relações Internacionais. Porém, meu desejo era escolher um assunto que me iniciasse nos estudos de Ciência Política, um assunto que fosse básico, mas ao mesmo tempo que não fosse tão específico, ou seja, que satisfizesse meu anseio de conhecer mais amplamente a Ciência Política.

Observando o cenário político brasileiro atual e as problemáticas discutidas dentro do curso de Relações Internacionais, eu percebia que a temática da política tinha muito espaço e interesse, de uma forma geral, para a sociedade contemporânea. Sobretudo após as eleições presidenciais de 2014, em que os debates se acirraram em torno dos partidos políticos nacionais e a situação política do país adentrou numa crise profunda que permanece até os dias atuais, minha intenção de contribuir para o esclarecimento geral sobre tais questões foi sendo mais e mais inflada. Tendo em vista um *campus* como o da Unesp de Marília, que possui grande tradição de discussão política, senti-me no dever acadêmico de contribuir para essa discussão.

Por isso, julguei ser um tema de relevância crucial demonstrar de fato qual seria uma definição adequada para a direita e a esquerda. O espectro político é muito diverso, complexo, e referências levianas e taxativas a este ou aquele partido, este ou aquele

político, etc., apenas empobrecem o debate e confundem as pessoas. Portanto, uma definição clara do significado destes conceitos se fazia necessária primariamente. E foi com esse intuito de investigação que escrevi o presente trabalho acadêmico.

INTRODUÇÃO

O primeiro capítulo do presente trabalho se dedica à análise do livro *Direita e esquerda – Razões e significados de uma distinção política* (1994), filósofo político Norberto Bobbio. O autor utiliza um método muito preciso e faz uma descrição analítica e sistemática dos diversos elementos que se relacionam ao tema. Sua tese se divide em dois argumentos principais: primeiro, defende o fato de que ainda há razão na distinção entre esquerda e direita; por fim, apresenta sua proposta de qual seria a diferença fundamental que daria significado à díade, qual seja: enquanto a esquerda se preocupa e dá mais ênfase à igualdade entre os indivíduos, a direita o faz olhando as desigualdades.

Mas, para que chegue a essa conclusão, Bobbio trilha um caminho muito bem definido. Inicialmente, distingue, classifica e rebate cada argumento contrário à sua tese. Segundo o autor, há os que criticam a díade com argumentos quanto à sua validade, quanto à natureza e quanto ao valor.

Posteriormente, Bobbio discute os diversos sistemas de classificação da distinção que já haviam sido utilizados por vários autores. Situando a discussão principalmente entre autores italianos, expõe as mais variadas formas de distinção entre esquerda e direita, que incluem: extremismo e moderantismo, igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão, estatismo e privatismo, dentre outros.

Como já mencionei, Bobbio chega a um critério que define a diferença fundamental entre esquerda e direita: a igualdade e desigualdade. Muito cuidadoso nas palavras, o autor italiano lembra que tais conceitos não são estáticos e a esquerda e direita não possuem valor por si mesmos, mas que abrigam determinadas características em período e contexto específico e, por isso, não são senão flexíveis e adaptáveis. Em suma, afirma-se que não seria verdade que a esquerda apenas considera a igualdade entre os homens. Ela reconhece as desigualdades, mas tenta superá-las segundo uma ótica social, o que acontece de forma contrária com a direita.

Por fim, Bobbio dialoga, no final de sua vida, com pensadores atuais como o historiador Perry Anderson e o cientista político Francis Fukuyama. Com o primeiro, é mostrado seu diálogo através de cartas, em que Anderson faz críticas profundas às ideias de

Bobbio, e este as rebate cordial, mas igualmente de forma profunda. Quanto à Fukuyama, Bobbio se dedica a apresentar algumas inconsistências na argumentação do autor.

É importante frisar que Norberto Bobbio analisa as questões da díade de forma muito acurada, desapaixonada e procurando sempre evitar a valoração axiológica de qualquer conceito que seja, utilizando uma linguagem clara, simples e direta.

O segundo capítulo contém uma resenha crítica do livro do sociólogo inglês Anthony Giddens, *Para além da esquerda e da direita – O futuro da política radical*. De linguagem grandemente oposta à de Bobbio, muitas vezes confusa e de difícil entendimento, Giddens se preocupa muito pouco em rebater argumentos sobre a distinção. Na verdade, pressupõe de forma intrínseca a superação da distinção, quando faz uma proposta de sociedade ideal, nisto consistindo sua tese central.

Giddens cria conceitos novos, como “incerteza artificial”, “reflexividade social” e “riscos de grande consequência”, que são utilizados por todo o livro e constituem as bases conceituais de sua argumentação.

Com uma visão bastante abrangente, o sociólogo relata as dificuldades e novos desafios do novo mundo “globalizado, destradicionalizado e pós-moderno” que se apresenta na década de 1990 (momento em que foi escrito o livro). Diversas contradições se apresentam, como a questão do pensamento verde, a partir do qual muitos se intitulam esquerdistas, mas sua defesa do meio ambiente, muitas vezes contra os valores humanos, os torna verdadeiros conservadores.

É baseado nestas contradições que o modo tradicional de se pensar e fazer política não tem mais espaço para Giddens naquela que considera uma nova conformação do planeta. Por isso, existem questões novas que devem ser incluídas no que ele chama de “nova política radical”, como o feminismo, ecologia e relações pessoais, temas esses centrais na sua reflexão. O autor defende que, sem uma abordagem destradicionalizadora desses temas, tanto por políticas da esquerda ou da direita, ficaria impossível criar uma proposta adequada de sociedade e que atenda às demandas inovadoras e desafiadoras da sociedade pós-moderna.

Ao final do livro, Giddens define quais as bandeiras que uma política radical deve defender: combate à pobreza, à degradação ambiental, ao poder arbitrário e ao uso da violência.

Já no terceiro e último capítulo, é analisado o livro do pensador político liberal norte-americano Murray Rothbard. Sua proposta é muito simples e direta: reafirmar o libertarianismo como doutrina que exige otimismo e detentora do único caminho viável de desenvolvimento e progresso de uma sociedade (postura que se apresenta talvez de forma até presunçosa).

Neste breve livro, Rothbard relata o trajeto por que o liberalismo passou desde a derrocada do *Ancien Régime* na Europa até meados dos anos 1970 nos Estados Unidos, sua “concorrência” com o socialismo como doutrina majoritária entre a esquerda (o que será explicado adiante) e a posterior ascensão dessa doutrina entre os adeptos estadunidenses.

Por fim, o autor exalta novamente o otimismo como ponto fundamental e necessário para o sucesso do libertarianismo, e conclama seus colegas de ideologia a não perderem o ânimo e, sobretudo, a jovialidade, que empurrariam uma doutrina em direção ao sucesso.

CONCEITUAÇÃO TEÓRICA DA ESQUERDA E DIREITA NO ESPECTRO POLÍTICO

Capítulo 1: Direita e esquerda no pensamento de Norberto Bobbio

Este capítulo analisará os conceitos de direita e esquerda no pensamento do filósofo italiano Norberto Bobbio, com base especialmente na obra *Direita e esquerda – Razões e significados de uma distinção política*. Segundo um resenhador, a obra fora publicada originalmente em 1994, e republicada rapidamente em 1995, conhecendo diversas edições esgotadas e sendo rapidamente publicada em diversas línguas e países (no Brasil, em 1995, 2001 e, mais recentemente, em 2011). O livro foi ainda corrigido, aumentado e republicado em 1999 (no Brasil, nas edições de 2001 e 2011), tendo sido a edição anterior substituída por esta (Cf. SALATINI, 2015). Serão analisados os prefácios (seção 1), os capítulos (seção 2) e os apêndices (seção 3) da obra.

1.1. Uma análise dos prefácios de *Direita e esquerda*:

Na “Introdução à edição de 1999”, Norberto Bobbio expõe em que situação se encontra o debate sobre a díade direita e esquerda, na visão dos diversos teóricos da época. Primeiramente, ele identifica a controvérsia de opiniões sobre o significado da distinção e seus argumentos, na qual alguns afirmam não fazer mais sentido distinguir-se conceitos tão variáveis conforme a ocasião em que são discutidos, ao passo que outros afirmam o contrário.

O segundo debate diz respeito à natureza e o valor dos dois conceitos. Afirmam alguns autores que os conceitos não possuem uma só definição, satisfatória e universal, que podem existir mais de uma direita e mais de uma esquerda. Portanto, reclamam estes, não se sentem à vontade em se autoproclamarem defensores de uma bandeira ou de outra, tanto por julgarem que o conceito é reducionista, restringindo assim as possibilidades que o tema dispõe, quanto por afirmarem serem os conceitos confusos e de difícil “encaixe”.

Bobbio destaca os argumentos dos críticos que consistem em afirmar a imperfectibilidade da distinção, o que não é contestado pelo autor, mas sim reconhecido como um fato natural. Tendo isto em vista, Bobbio vê de forma positiva outros tipos de distinções, como entre estatistas e liberistas, ou seja, defensores da intervenção estatal na economia e defensores do *free-market*, respectivamente, ou entre apoiadores do progresso *versus* apoiadores da tradição.

Dentre os diversos termos definidores da distinção, o autor cita o extremismo e moderantismo, igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão, dentre outros. Parece chamar atenção, porém, conceito um tanto mais sofisticado. Perry Anderson define a esquerda como individualismo construtivo e holismo construtivo e a direita como individualismo factual e holismo factual. Cruzando-se os termos, teríamos seis variáveis, as quais não seriam excludentes, e a direita e esquerda poderiam dialogar de forma a entenderem-se, sob algum aspecto.

Bobbio também apresenta o que ele chama de duas direitas e duas esquerdas, de autoria de Revelli e Bertinotti. As duas direitas têm em comum o mesmo fim, a atuam de maneira coordenada. Já as esquerdas divergem quanto aos meios para se atingir o mesmo fim, isto é, a igualdade. Bobbio explica de forma concisa esta discordância: “governar o desenvolvimento, de um lado; mudar a sociedade, de outro” (BOBBIO, 2001, p. 21).

É importante ressaltar que em determinado momento, o autor afirma ser o critério da igualdade o mais utilizado pelos autores, assim como renuncia ser o “inventor” desta criterização. Não obstante, defende que a reflexão sobre a relação igualdade/desigualdade e direita/esquerda deve centrar-se na diferença fundamental que é identificar como a esquerda e a direita concebem a igualdade. Para a pessoa de esquerda, identificam-se as seguintes características: leva mais em conta as semelhanças do que as diferenças entre as pessoas; a igualdade deve ser a regra, e a desigualdade exceção, de modo que esta deve sempre uma justificativa. Valendo o oposto para a pessoa de direita.

Finalmente, Bobbio acredita que três questionamentos essenciais sobre a igualdade devem ser considerados: “igualdade entre quem, igualdade em relação a quê, e igualdade com base em qual critério?” (BOBBIO, 2001, p. 23). E, para ele, a resposta da esquerda seria: para a primeira, os “mais” (necessitados) entre os “menos”; quanto à segunda,

privilegia os direitos fundamentais frente aos bens de consumo; e a terceira, se preocupa mais com o trabalho e necessidade, enquanto que a direita se preocupa mais com o mérito e posição social (BOBBIO, 2001).

Na sessão “Resposta aos críticos” (de 1995), dedicada à resposta aos críticos, Bobbio disserta sobre a repercussão positiva que teve seu livro na Itália, mas, principalmente, o que as pessoas que criticaram, e com quais argumentos.

Tais críticos compreendem no primeiro grupo os que afirmam estar ultrapassada a díade direita-esquerda, por três motivos: a complexidade da sociedade não mas permite uma divisão, vista por eles, como simplificadora; ou por atribuírem à queda do muro de Berlim o fim da necessidade da divisão; ou também outros afirmam incorrer em um erro metodológico a distinção, em que se aprisiona em abstrações a complexa concretude da história.

A estes críticos, Bobbio argumenta que mesmo com a queda do muro de Berlim a divisão permaneceu no centro do debate político, e que a díade está muito além da simples oposição entre comunismo e capitalismo. Argumenta também que, no tocante ao vocabulário, as palavras direita e esquerda, divergindo algumas vezes na acepção, estão fortemente presentes na linguagem dos jornais, políticos, movimentos, enfim, na sociedade como um todo.

Rebate Bobbio ainda o argumento de que não há mais sentido nos termos discutidos com a seguinte contradição, muito bem observada: “Como fazemos para dizer que as duas palavras perderam o sentido por que um partido que era de direita agora pratica uma política de esquerda, se não continuamos a crer que as duas palavras ainda significam alguma coisa?” (BOBBIO, 2001, p. 31).

Ao segundo grupo de críticos, há os que aceitam a distinção, mas discordam do critério utilizado por Bobbio no qual defende que a esquerda está mais identificada com a igualdade. Argumentam estes que um critério mais adequado seria atrelar à esquerda a característica da não-violência. Porém, Bobbio argumenta que esta é uma prerrogativa do método democrático, a partir do qual os indivíduos tomam decisões em comum acordo ou pela maioria. Cai por terra também este novo critério para a esquerda pois, uma vez que se

atreia a esta a não-violência passa-se à direita a característica da violência, o que é rechaçado por Bobbio (ele caracteriza a extrema-direita como violenta, e não a direita de forma geral).

Antes de passar à descrição do terceiro grupo de críticos, Bobbio faz uma generoso parênteses onde tem o cuidado de deixar claro que a luta libertária não é exclusividade da esquerda, uma vez que o movimento antifacista na Itália foi composto também pela direita.

Ele disserta ainda sobre a relação entre significado descritivo e emotivo das palavras igualdade e liberdade com a direita e esquerda. Defende o autor que ao se afirmar ser a direita ligada ao inigualitarismo não há nenhum juízo de valor moral pois trata-se apenas de uma visão em que a desigualdade não é prejudicial em si, mas sim ela contribui para a avanço da sociedade, e tentar coibi-la seria o mesmo que sufocar a liberdade.

Feito o comentário, Bobbio mostra que o terceiro e último grupo de críticos consiste naqueles que aceitam tanto a distinção quanto o critério, mas a consideram insuficiente. Afirmam estes que diversos outros componentes deveriam ser agregados aos conceitos de direita e esquerda, como o tema da identidade dos cidadãos e o pluralismo cultural, ou levar em conta as mudanças relativas aos avanços comunicacionais.

No “Prefácio à primeira edição italiana”, Bobbio explica uma das principais razões para se abordar o tema da esquerda e direita, e afirma que essas palavras são “carregadas de significado emotivo que acirram os ânimos” (BOBBIO, 2001, p. 47). Por fim, deixa claro que ao descrever e analisar os conceitos, procurou fazê-las de modo mais acurado e isento possíveis.

1.2. Uma análise dos capítulos de *Direita e esquerda*:

No primeiro capítulo, intitulado “A distinção contestada”, Bobbio afirma, de início, serem os termos “esquerda” e “direita” antitéticos e representantes da ação conflitual existente no mundo político. São caracterizados como excludentes e exaustivos, na medida em que um movimento não pode ser ao mesmo tempo de esquerda ou direita, e só pode ser

de um ou de outro. Segundo o autor as díades estão presentes em todas as áreas do conhecimento, como, por exemplo, na área do direito existe a díade público-privado, ou na economia mercado-plano. Essa composição parte de uma concepção de mundo em que as coisas tendem a divergir umas das outras, geram opiniões e posicionamentos opostos.

A díade esquerda e direita, contudo, fora combatida por diversos autores, sendo considerada já ultrapassada. A quase repulsa à distinção causou uma espécie de senso comum sobre esta superação, sobre a qual Bobbio disserta a seguir.

Muitos dos que criticavam a díade diziam que havia uma crise de ideologias, e que por isso não faria mais sentido distingui-las. Contudo, Bobbio afirma que dizer isto já é uma própria ideologia, e que as contradições apenas mudaram de caráter e diferem do momento de seu surgimento, mas não desapareceram.

Outra crítica à díade aparece no sentido de que as sociedades modernas seriam complexas e plurais demais para que fossem encaixadas, de forma reducionista, em apenas duas definições. Não caberia, portanto, a ideia de que ou uma pessoa é de direita, ou uma pessoa é de esquerda. Neste momento, Bobbio acrescenta um novo componente à divisão interna do espectro político, e argumenta, de forma muito perspicaz, que a existência de um centro consegue abrigar essas pessoas que não se consideram nem de esquerda nem de direita, ou um pouco dos dois e ao mesmo tempo. Para exemplificar, ele explica que a dicotomia dia e noite tem seu centro representado pelo crepúsculo, e este só existe como tal subordinado à existência dos dois primeiros, e ainda que seu maior ou menor grau de expressão não exclui a existência da dicotomia dia-noite.

É importante frisar a aceitação, pelo autor, da existência de um centro, pois desta maneira a discussão em torno da composição do espectro político torna-se mais rica. Assim, compreendendo que ainda dentro do centro pode-se conceber pessoas mais à esquerda ou mais à direita, cria-se a noção da hoje conhecida centro-esquerda e centro-direita, ou até mesmo o “centro-centro”, como chama Bobbio o centro propriamente dito. Concluindo este raciocínio, a díade multiplica-se a uma pentíade (BOBBIO, 2001, p. 55).

A existência deste centro explicado acima é denominada por Bobbio de “terceiro incluído”, no qual reconhece a existência dos dois extremos como excludentes um ao outro,

e se coloca entre os dois, no meio, claramente falando. Porém, faz uma diferenciação em que afirma existir o “terceiro inclusivo”, que seria uma espécie de totalidade dialética, isto é, pelo método hegeliano da tese-antítese-síntese. Diferente do “terceiro incluído”, o “terceiro inclusivo” pretende reconhecer a existência dos extremos para também, superá-los, sobrepô-los.

Esta ideia é conhecida como uma “terceira via”, pensamento este que surge especialmente em tempos de crise das ideologias, para dar uma alternativa superior a essas supostamente superadas, que congregue o que há de exitoso nos dois extremos. A “terceira via” pode ser exemplificada pelo liberal-socialismo ou socialismo-liberal, uma resposta da esquerda a um possível esgotamento dos ideais vigentes no momento.

Bobbio continua a elencar as razões que levam os críticos à díade a afirmarem sua obsolescência, e destaca também o argumento de que se valem alguns ao defenderem que a sociedade avançou de tal maneira que a velha distinção não mais consegue resolver todos os problemas políticos existentes.

Exemplo disso são os “verdes”, que se auto-proclamam um movimento “transversal”, que perpassaria tanto a esquerda quanto a direita, ou seja, não superaria a díade nem a sobreporia, mas transitaria através dela. Este argumento é rebatido por Bobbio na medida em que ele afirma serem esses movimentos eles próprios assentados sobre justificativas filosóficas (religiosas ou utilitaristas) que se contrapõem entre si, reafirmando assim o sentido da distinção, e não deixando de lado o enquadramento de “verdes de esquerdas” e “verdes de direita”.

Em seguida, Bobbio apresenta o argumento central em oposição à distinção, que possui causas históricas e políticas. Conforme sua explicação, os dois termos antitéticos esquerda e direita necessitam um do outro, se correlacionam, e, portanto, quando um “diminui” a ponto de quase não existir, o outro toma espaço. Ou seja, quando a “parte se torna todo”. Isto aconteceu, na prática, no pós-Segunda Guerra com a queda do nazismo, considerado de direita, e a ascensão, como que uma vitória, da esquerda. Daí partir o argumento da direita de que, se uma praticamente não existe mais, não há mais distinção, a díade perde seu sentido. Nisso é que consiste a discussão primária levantada por Bobbio sobre a crítica à distinção.

Por fim, o último argumento contrário apresentado por Bobbio, o qual não refutará imediatamente, mas posteriormente, é de que os variados nomes que existem para classificar as esquerdas e as direitas em realidade não têm sentido real, e que tanto a esquerda quanto a direita possuem o mesmo programa na disputa eleitoral. Veremos este argumento mais afundo adiante.

No segundo capítulo, intitulado “Extremistas e moderados”, mais um argumento favorável à negação apresentado pauta-se no que Bobbio chama de “transmigração” de alguns pensadores considerados clássicos entre a esquerda e a direita. Passando por Nietzsche, Marx e Antonio Gramsci, para citar alguns exemplos, Bobbio afirma, porém, que o mais exemplificador deles seria Georges Sorel, que foi inspirador do pensamento sindicalista italiano de esquerda e passou a admirar Mussolini, fazendo com que muitos de seus seguidores adotassem o fascismo. Até mesmo Hitler, lembra o autor, se denominou um “conservador revolucionário”.

Bobbio alerta, contudo, que a confusão se faz pelo seguinte motivo: a semelhança entre revolucionários e não-revolucionários está relacionada com o extremismo, oposto ao moderantismo. Assim, a distinção esquerda-direita é uma, diferente da distinção extremismo-moderantismo, que seria outra. Por isso, autores revolucionários compartilham do posicionamento extremado. A diferença está no critério entre as duas distinções, que não é o mesmo. Ou seja, Bobbio quer nos mostrar que os extremos, antidemocráticos, em suas próprias palavras, “se tocam”.

Outro campo do saber mencionado por Bobbio em que se dá a oposição extremistas-moderantistas, ou revolucionários e contra-revolucionários, é o da filosofia da história. Este campo explica como se dá o processo histórico de desenvolvimento das sociedades, compreendido em duas frentes: a contra-revolucionária, que é reformista e defende a mediação dos conflitos e solução destes por meios pacíficos, e a revolucionária, que é “catastrófica”, enxergando o avanço por “saltos qualitativos”.

Daí extrai-se a visão democrática ou não-democrática em que os revolucionários veem a democracia como limitadora do possível advento dos grandes heróis, dos grandes avanços, defendida especialmente pelos nazistas e fascistas, ou pelos que enxergam a

evolução humana como condicionada a etapas necessárias e sucessivas de desenvolvimento, pensamento este enunciado por Kant e Hegel.

No terceiro capítulo, com título “A díade sobrevive”, atendo-se mais ao sistema partidário italiano, mais especificamente o pleito eleitoral de 1994, Bobbio reforça mais uma vez a continuidade da utilização da díade no debate político. Ele assume claramente e faz questão de evidenciar a existências de paradoxos quando se encaixa partidos/pessoas nas classificações direita e esquerda.

Exemplo disso é o relato de que certa vez, quando da discussão sobre a alteração do nome do Partido Comunista Italiano (PCI) para Partido Democrático da Esquerda (PDS), determinada corrente reprova a alteração frente a outros membros do partido que a aprovavam. Sob uma determinada classificação, os contrários à alteração poderiam ser chamados de conservadores, por se oporem à mudança, portanto de direita. Mas também estes mesmos contrários foram os que tradicionalmente atuaram na luta operária anticapitalista, sendo então de esquerda. Como vemos, o peso do que critério que se leva na classificação é essencial: se utilizado opondo posicionamentos progressistas ou conservadores, o resultado é um; mas se se levar em conta a definição marxista clássica do anticapitalismo e disputa classista, o resultado mostra-se oposto.

De forma muito precisa, o pensador italiano adentra o universo das metáforas e comparações e expõe como estes recursos linguísticos estão presentes e fazem parte da explicação do mundo político.

Primeiramente, ele explica, como a comparação com a guerra retrata o antagonismo existente na política. Ele afirma que na guerra há dois lados antagônicos, contrários, e que não há espaço para o meio, a não ser como mediador, neutro, mas nunca como agente direto na ação beligerante. A dicotomia amigo-inimigo é expressamente utilizada também na política.

Em seguida, o autor remonta ao que é de conhecimento dos estudiosos do assunto, a origem francesa dos termos direita e esquerda, que diz respeito a uma metáfora espacial que deu nome a tais posicionamentos políticos.

Bobbio aborda também diversas metáforas espaciais que dão significado aos termos políticos, merecendo mais atenção a metáfora “próximo-distante”. Tal recurso linguístico é utilizado tendo em mente a reta do espectro político, para explicar as afinidades e proximidades entre os posicionamentos políticos. Assim, é possível conceber a centro-direita (conservadorismo), por exemplo, que é de direita, mas por conter alguns de seus ideais comuns ou parecidos ao centro (liberalismo), recebe tal nome.

Ao fim do capítulo, o autor faz uma importante diferenciação, ainda sobre a linguagem política, sobre o significado descritivo e valorativo dos termos opostos da díade. Segundo esta percepção, os cientistas, como sociólogos e historiadores, devem se preocupar com descrever os fenômenos ou grupos, para que fique claro se se encaixam na direita ou esquerda, isto é, adotar uma visão neutra de seu objeto de estudo. O contrário ocorre com militantes, por exemplo, que tendem a atribuir conotação axiológica ao programa que lhe diz respeito. Ou seja, o militante de esquerda irá atribuir conotação positiva ao seu programa e negativa ao da direita, e vice-versa.

No quarto capítulo, intitulado “Em busca de um critério de distinção”, tendo antes discutido e defendido a ainda persistente existência da díade, Bobbio trata de buscar um critério justo e que seja adequado à distinção.

Ele se utiliza de Laponce, cientista canadense que se notabilizou por estabelecer claramente dois critérios espaciais de definição: um com eixo vertical, alto-baixo, e o outro horizontal, direita e esquerda. Tais eixos espaciais, afirma Bobbio, não são excludentes um ao outro, mas sim complementares, funcionando lado a lado. Explica ainda que o eixo vertical consiste na relação governante-governados, enquanto que o horizontal relaciona governantes entre si, e governados também entre governados.

Ele rechaça, porém, outro tipo de critério, de Carl Schmitt, opondo sempre dois termos que são antagonistas axiologicamente: belo-feio, por exemplo. Por esta atribuição valorativa, Bobbio descarta seu uso, uma vez que, como já demonstrado, atribui-se conotação positivo e negativo a ambos os lados, o que não é seu intuito. O autor busca um tipo de critério o mais neutro possível.

Outro raciocínio combatido por Bobbio é a relação, no tocante à díade, entre política e religião. Historicamente, a religião pregou a direita como axiologicamente positiva, e a esquerda negativa. Desta mentalidade, Laplace tende a atribuir aos direitistas a religiosidade, o sacro, em oposição à esquerda que seria ateuista e, por isso, conotação negativa.

Entretanto, Bobbio cita vários exemplos negando esta afirmação, exemplificando tanto pensadores esquerdistas e afeitos ao cristianismo, como o inverso. Vilfredo Pareto, cientista italiano, seria um dos maiores exemplos, uma vez que compartilhava simultaneamente de uma afeição histórica à direita e exprimia críticas diretas às crenças religiosas.

No capítulo quinto, ao qual se dá o título de “Outros Critérios”, Bobbio atinge o cerne da questão e passa a tratar diretamente de um dos principais critérios da distinção: tradição *versus* emancipação. Ele se utiliza da análise do pensador também italiano Dino Cofrancesco, que procura fazer uma análise que Bobbio julga ideal: descritiva e sem interferências passionais ou ideológicas.

Bobbio faz comentários centrais, baseando-se em Cofrancesco, sobre o que é ser de direita ou esquerda. Ele afirma que os termos carregam muito mais do que apenas posicionamentos políticos, mas são a “expressão de uma vocação que permanece constante para além dos sistemas de governo adotados” (BOBBIO, 2001, p. 97) (flertando com a palavra “mentalidade”, que poderia ser usada no lugar de “expressão”, mas não chega a empregá-la de fato). Ou seja, tal afirmação descarta as críticas de que a díade não mais valeria tendo em vista sua volatilidade contingencial.

Outra contribuição essencial de Cofrancesco trazida por Bobbio é a noção de que esquerda e direita não são conceitos estáticos e absolutos, mas “historicamente relativos”. Portanto, tomando tais cuidados, é possível dizer que a pessoa que se considera de direita busca “salvaguardar” a tradição, e a de esquerda, “libertar” o homem das “cadeias” de classe, por exemplo. Ou seja, o homem de direita preza pela tradição como sendo um fim, uma meta, variando assim os meios pelos quais tenta-se atingi-la (o que vale também para o de esquerda). Daí extirpa-se mais ainda a crítica sobre a confusão entre direita e esquerda,

pois cada uma, ao longo da história, pode eventualmente adotar os mesmos meios; conquanto que mantenham suas “metas últimas”, a díade está preservada.

Numa outra distinção por esse pensador, Cofrancesco nomeia de diferenças cognitivas (diferente da distinção exposta acima, chamadas valorativas, de mentalidade). Seriam estas divididas entre clássicas ou românticas, podendo distingui-las entre direita e esquerda da seguinte maneira: (1) clássicas: conservadorismo (direita); socialismo-científico (esquerda); liberalismo (direita e esquerda); (2) românticas: tradicionalismo e fascismo (direita); anarco-libertarismo (esquerda). Lembra ainda Bobbio que Cofrancesco defendia que o intelectual deveria se colocar perante a postura clássica, ou seja, crítica e analítica, sem a interferência de ideologias.

Elisabetta Galeotti é outra estudiosa analisada por Bobbio. Os termos adotados por ela para ilustrar a distinção entre direita e esquerda são hierarquia, para a direita, e igualdade para a esquerda. Este critério tem um problema, apontado por Bobbio: ao atribuir à direita o termo hierarquia, e não desigualdade, sua visão da questão torna-se ideológica, e objetiva tentar evitar que o liberalismo seja deslocado para a direita caso utilize a palavra desigualdade (ou inigualitarismo). Parece deixar sua postura analítica ser consideravelmente “contaminada” pela ideológica (na acepção metafórica do termo “contaminada”, não axiológica).

O trabalho de Marco Revelli é, para Bobbio, o mais completo de análise da díade. Sua contribuição essencial funda-se na percepção de que os conceitos de direita e esquerda são relativos, eles não constituem valores substantivos em si, ontológicos, mas são “lugares do ‘espaço político’”. Noutra caso, é situação distinta afirmar-se, por exemplo, como comunista, ou liberal, quais possuem conteúdos substantivos específicos. Portanto, a díade se justifica na seguinte afirmação de que a direita e esquerda “não têm conteúdo determinado, específico e constante no tempo” (BOBBIO, 2001, p. 110).

Percebe-se, então, a importância em se utilizar o critério ideal e mais adequado. Buscando atingir tal feito, e apoiado em Revelli, Bobbio parte para o capítulo seguinte afirmando ser o critério que leva em conta a igualdade e desigualdade como o principal, originário, e que permaneceu mais fortemente ao longo do tempo.

No sexto capítulo, intitulado “Igualdade e desigualdade”, Bobbio faz umas das principais reflexões do livro, e afirma que a igualdade é um dos fins mais frequentes na busca pelo homem, ao lado da liberdade e da paz. Ele levanta, porém, uma questão central para o entendimento do tema, segundo a qual a discussão sobre a igualdade deve sempre obedecer à seguinte pergunta: igualdade em relação a quem, o que dividir (quais bens), e sob qual critério realizar esta divisão?

Bobbio exemplifica que, em cada segmento do desenvolvimento da sociedade, levam-se em conta diferentes critérios, bens e sujeitos. Na distribuição de bens, citando um exemplo, a democracia social é mais igualitária do que a liberal. Já colocando a democracia liberal frente à sociedade baseada em estamentos, que prega “a cada um segundo sua posição”, aquela é mais igualitária em direitos fundamentais do que esta última.

Posteriormente, o autor faz uma importante observação e ressalta a diferença existente entre esquerda igualitária e igualitarista. A primeira não prega a igualdade em todos os sentidos e aspectos, afirmação que seria utópica e irreal, enquanto que a esquerda igualitarista defende um mundo utópico, tendo um de seus principais expoentes o utopista britânico Thomas More. Conclui-se assim que, em certo grau, todas doutrinas são igualitárias, variando no que se enfatiza.

Corroborando este raciocínio, Bobbio mostra que não é desejo da esquerda que todos sejam iguais em todos os aspectos, assim como também não o é da direita que o inigualitarismo seja definidor de tudo e de todos, mas reconhece a existência deste fato em alguns aspectos.

Para demonstrar sua visão de forma simples, Bobbio explica o seguinte raciocínio: os homens são iguais (todos irão morrer, por exemplo) em alguns aspectos, e desiguais em outros (o modo como morrer). Portanto, e citando alguns outros exemplos, afirma-se que os homens são tanto iguais quanto desiguais, sendo isso observado em provas empíricas irrefutáveis. Depende, porém, do que se enfatiza: para a boa convivência, há os que privilegiam as igualdades ou os que privilegiam as diversidades. E é neste contraste que constatamos o principal critério eleito por Bobbio para que se diferencie a direita e a esquerda.

Importante é, também, a distinção entre igualdade-desigualdade natural ou social. Enquanto a esquerda defende a possibilidade de eliminar desigualdades sociais, ou até mesmo as naturais, a direita procura aceitar a não-extinguibilidade de diferenças naturais de fato, ou as segundas diferenças naturais, as da tradição, costume.

O debate afigura-se no antagonismo entre Rousseau e Nietzsche. Para o primeiro, o homem nasce igual e é corrompido pela sociedade. Em contrapartida, o segundo afirma nascer o homem naturalmente desigual e, encontrando a “compaixão” e “resignação” na sociedade, torna-se homem igual.

A esquerda conseguiu, por exemplo, na figura de movimentos socialistas, a incorporação de direitos sociais pelas diversas constituições nacionais, colocados ao lado de direitos de liberdade, como o direito ao trabalho, à saúde e à educação, notadamente uma conquista igualitária.

Ao concluir o capítulo, que é essencial para a compreensão do pensamento bobbio sobre o critério da distinção, ele reafirma que não é seu intuito atribuir juízo de valor positivo à busca pela igualdade, nem valor negativo à desigualdade. Sua abordagem crítica e analítica apenas nos mostra que este é, segundo sua visão, o fator mais frequente e determinante na caracterização da esquerda, como a promoção da igualdade entre os homens pela esquerda, e a exaltação do que torna os homens desiguais pela direita.

No capítulo sétimo, chamado “Liberdade e autoridade”, no qual o título já denuncia, Bobbio aborda o tema da liberdade e autoridade. Ele inicia o capítulo alertando que, para uma discussão segura a respeito da liberdade, há que se refletir sobre duas questões: a qual liberdade se refere e o nível de abrangência desta liberdade.

Primeiro ele esclarece que a afirmação “liberdade para todos” de forma irrestrita a rigor não é verdadeira, pois que esta liberdade não pode abranger aos loucos ou às crianças, por exemplo, que possuem de comum acordo na sociedade uma liberdade restrita. Deve-se também especificar a que liberdade se refere quando se discute o tema.

Bobbio demonstra que o intento em direção a regras igualizadoras promovidas pela esfera pública restringe inevitavelmente liberdades na esfera privada. Como exemplo, se o legislativo cria uma lei exigindo vestimenta igual a todos, ou restringindo a opção única de

meio de transporte pública, é medida igualitária, contudo tolhe a liberdade na esfera privada. Liberdade esta que, constata o autor, é maior para o rico que para o pobre (a chamada “liberdade usufruída efetivamente”, acessada pelos mais endinheirados, e a “liberdade potencial”, em referência ao menos providos). Portanto, medidas limitadoras de liberdade na esfera privada prejudicam mais as pessoas ricas do que as pobres.

A liberdade em seu estado elementar foi teorizada por Hobbes e, posteriormente, Espinosa, identificando a “liberdade natural”, segundo a qual seria mais ou menos usufruída conforme a quantidade de poder, em uma busca incessante e selvagem pela sobrevivência. Esta liberdade natural deve ser regulada, segundo o pensamento liberal, atingindo assim um equilíbrio entre liberdade e ordem, para se estabelecer a boa convivência na sociedade.

Outra importante observação é sobre o termo “idêntica liberdade”, qual encontra dois problemas: é uma definição genérica – pois pode tratar-se de liberdade econômica, livre associação, etc. – e ambígua – pois significa não apenas ter as liberdades que os outros têm, mas poder usufruir plenamente delas, e não de forma abstrata, o que não acontece em realidade, daí quando se recorre às medidas igualitárias. Isto é, a correção do princípio geral.

A diferenciação essencial entre liberdade e igualdade está na observação a seguir: a liberdade é um bem individual, pois o indivíduo é livre, portanto consiste em *status*; a igualdade diferentemente é um bem social, em que o indivíduo é sempre igual ou desigual frente a outro. Assim, a igualdade é sempre uma relação.

Todos estes fatos e argumentos são demonstrados por Bobbio para esclarecer que a díade liberdade-autoridade é tão importante quanto a igualdade-desigualdade. Ele afirma, portanto, não encontrar dificuldades em reconhecer a existência de movimentos libertários e autoritários, contudo discorda de que os libertários sejam exclusivamente de direita e os igualitários de esquerda, apenas. Ou seja, há intercâmbio entre estas variáveis.

Na concussão do capítulo, o autor une os dois critérios, da liberdade e igualdade, para definir, muito justamente, as posições no espectro político. Logo, o critério da igualdade difere a esquerda da direita, e o da liberdade separa os moderados dos

extremistas. Bobbio então faz o seguinte esquema categorizando o espectro político (exemplos de movimentos categorizados e posicionados no espectro), no qual fica esboçado um esquema fiel às teorias e representativo do espectro político: (a) extrema-esquerda: movimentos igualitários e autoritários (jacobinismo); (b) centro-esquerda: movimentos igualitários e libertários (socialismo liberal e partidos social-democratas); (c) centro-direita: movimentos libertários e inigualitários (conservadorismo); (d) extrema-direita: movimentos antiliberais e anti-igualitários (fascismo e nazismo).

No capítulo final, intitulado “A estrela polar”, a questão da igualdade, reconhecida por Bobbio como critério principal na distinção entre direita e esquerda, é posta em evidência máxima pela esquerda no tema da propriedade privada que, segundo eles, é a causa maior de toda a desigualdade do homem. Como uma das principais lutas contra esta desigualdade, a utopia comunista, quando colocada em prática, faliu. Mas a proposta colocada pelo comunismo, o paradigma da desigualdade, ainda está insolúvel e merece apreciação, defende o autor.

Em seguida, Bobbio confessa sua orientação à esquerda e a sempre presente preocupação com o tema da desigualdade, motivo pelo qual se ocupou da política, colocando-se sempre do lado da doutrina do liberal-socialismo. Ao fim do capítulo, muito ponderada é sua utilização de um artigo do político italiano Luigi Einaudi, em que se afirma a necessidade da convivência pacífica, portanto tolerante, entre socialistas e liberais, para a construção de uma sociedade melhor.

Ao que se percebe, a defesa da díade direita-esquerda e, intrinsecamente a esta, o tema da desigualdade, são questões centrais das quais o pensador italiano não abre mão. Neste capítulo, que talvez seja o mais importante desta obra, o pensador italiano deixa clara estas suas considerações. A sentença abaixo representa bem a motivação essencial nos homens eleita por Norberto Bobbio, e que nele traduz-se pela busca clara e precisa do conhecimento: “Não há ideal que não seja impelido por uma grande paixão” (BOBBIO, 2001, pp. 142-143).

1.3. Uma análise dos apêndices de *Direita e esquerda*:

Ao final da obra, interessantes apêndices são colocados, a começar pelo artigo “Fukuyama, o motor e o fim da história”, no qual Bobbio propõe-se a debater a obra de Francis Fukuyama *O fim da história e o último homem*. Reafirmando o sentido da distinção da distinção direita-esquerda, Bobbio afirma que, após queda da União Soviética, a esquerda sentiu-se órfã, mas continuou a buscar o ideal da igualdade. O pano de fundo da ideia de Fukuyama seria, então, o erro catastrófico da esquerda, expressado pelo colapso da União Soviética, de pensar que o fim da propriedade privada para igualar os homens seria um avanço histórico. Em oposição, o autor norte-americano defende que a desigualdade é razão do desenvolvimento por ser o motor do capitalismo e também que é em si “justa”.

São dois os argumentos principais que embasam este raciocínio. Primeiro argumento seria o de que o processo histórico não se desenrola igualando-se os iguais, mas a busca pela “supremacia”. Já o segundo argumento afirma ser a “concorrência” e a “busca por vencer o inimigo” o anseio dos homens. Segundo Bobbio, os argumentos de Fukuyama sobre a filosofia da história são simplistas, a história é mais complexa e contraditória. Como se explica a luta feminina ou da questão racial pela igualdade? Por outro lado, a justiça se baseia na escolha de critérios para divisão de bens, e a mesma utilização deste critério para todos. Ou, na proporcionalidade entre o que se dá e o que se recebe, o que se pede e o que se merece, tal o fundamento da justiça desde os filósofos gregos até a contemporaneidade.

Fukuyama constata a frase já enunciada por Bobbio, e aceita como coerente: tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais. Porém, o filósofo italiano levanta uma questão mais fundamental e justificadora da díade direita-esquerda: quem são os iguais e quem são os desiguais? Pois nisto consistiria a diferença entre a esquerda e a direita. Bobbio argumenta ainda que a luta pela superioridade é sempre precedida por uma luta pela igualdade. “Para lutar com o patrão pela superioridade, o escravo deve antes lutar para se tornar cidadão” (BOBBIO, 2001, p. 156), objeta Bobbio. Portanto, as lutas pela superioridade e igualdade se alternam na história.

Tendo isso em vista, Bobbio afirma que não é possível argumentar que a esquerda tenha chegado ao seu fim, por possuir um ideal inatingível e até prejudicial para a sociedade. A sociedade globalizada, concorrencial e geradora de desigualdade evidencia a proposta esquerdista. Portanto, ele rechaça de forma lógica o argumento de Fukuyama, e incentiva maior reflexão por parte da esquerda das questões política que se apresentam.

Entre os apêndices da obra, encontra-se igualmente uma troca de cartas de diálogo e respostas entre Norberto Bobbio e o historiador Perry Anderson. Nesta especificamente, intitulada “O sentido da esquerda”, enviada ao filósofo italiano em junho de 1996, Anderson reflete sobre as ideias de Bobbio sobre a distinção discutida na aqui analisada obra *Direita e esquerda*.

Anderson constata fatos semelhantes aos nossos já demonstrados acima: disserta sobre os “terceiros incluído”, “terceiro inclusivo” e “terceiro transversal”, isto é, as justificações dos críticos para o fim da díade e a retórica de recalque da esquerda e direita quando uma ou outra sucumbem e tentam, como subterfúgio, desqualificar a díade; constata a questão da igualdade como central para a criterização bobbiana, sendo mais enfatizada pela esquerda, enquanto a direita enfatiza mais a desigualdade.

Constatação essencial do pensamento de Bobbio (e talvez a mais importante), trazida pelo pensador, é o fato de que não há como comparar igualdade e liberdade, sendo a primeira uma relação e a segunda, um *status*; a liberdade é um meio, não um fim. Portanto, Bobbio faz a seguinte separação: enquanto a liberdade é definidora de critério para extremistas e moderados, a igualdade é o que diferencia a esquerda da direita.

Nesse sentido, Anderson analisa os critérios de demarcação bobbianos, segundo sua lógica interna e externa. Segundo a lógica interna, as diferenças entre esquerda e direita relativas à igualdade esquematizadas em quatro argumentos: factualidade, modificabilidade, funcionabilidade e direcionalidade da desigualdade humana. Portanto, para a esquerda estes argumentos explicam as ideias de que, nas palavras de Anderson, “a desigualdade natural entre os seres humanos é menor do que a sua igualdade; que a maior arte das formas de desigualdade é socialmente modificável; que bem poucas dessas formas (admitindo-se que existam) têm uma função positiva; que, enfim, em número sempre maior, elas terminarão por se demonstrar historicamente efêmeras” (ANDERSON apud

BOBBIO, 2001, p. 164). Na contramão, a direita defende o oposto de cada uma dessas ideias.

O que Perry Anderson nos mostra é que este aparente paradoxo na realidade deixa de sê-lo pois as duas ideias não se opõem, mas são simultâneas. Ou seja, é possível considerar a existência maior de desigualdades naturais do que igualdades entre os homens, mas ainda assim acreditar que são passíveis de serem eliminadas, assim como o raciocínio oposto também é verdadeiro.

A objeção que Anderson faz a esta argumentação de Bobbio consiste em que é possível raciocinar que paradoxalmente, caso as desigualdades de classe desapareçam, se imponham as desigualdades naturais genéticas, de aptidões intrínsecas, criando-se assim uma “elite hereditária fundada na inteligência”. Portanto, Anderson acredita que a argumentação de “juízo ontológico” da distinção direita-esquerda baseada na igualdade pode ser frágil, tendo em vista o avançar destes estudos (sobretudo da genética) que podem contradizer empiricamente tal raciocínio.

Em seguida, Anderson analisa os diversos usos da desigualdade. Segundo o historiador britânico, empiricamente, há problemas em se afirmar que a esquerda não vê funcionalidade na desigualdade, tendo em vista o aumento desta, na Europa, sob governos de esquerda (assim como os de direita, é verdade). A esquerda não conseguiria corrigi-la diretamente, mas proporia alguns ajustes.

Outra objeção consiste no fato de que a esquerda renunciaria a aceitar imposições de condições desiguais em virtude de seus ideais, fato este que não se observa nos governos da esquerda. Isto é comprovado por Anderson quando se observa a convergência programática de partidos da esquerda e da direita, em diversos países, tanto no primeiro mundo quanto nos mais pobres.

A última contradição proposta por Anderson sobre o pensamento bobbiano diz respeito à direcionalidade inevitável da história humana pela busca da diminuição da desigualdade. Anderson cita a obra (abordada anteriormente) de Francis Fukuyama e afirma que este poderia concordar com Bobbio na argumentação proposta acima, mas que inevitavelmente este movimento estacionaria nas sociedades observadas na década de 1990:

o alinhamento dos países pobres ao modelo de desenvolvimento dos ricos, com a existência inevitável da desigualdade, a convivência com ela, e a prosperidade ainda assim contínua.

Anderson, ademais, criticou o marxismo italiano. Mas, ainda saudando o colapso do bloco soviético, temeu que o capitalismo não mais encontrasse freios. Com as críticas da esquerda sobre a distinção, Bobbio viria reafirmar sua persistência. Mas parecera centrar apenas suas críticas ao comunismo e ignorou, deixando, portanto, sem explicação a derrocada da social-democracia, ala mais moderada da esquerda, com a qual corroborava sua visão de um socialismo liberal.

A distinção direita e esquerda, que nasceu na Europa, parece não perdurar nos EUA: no meio acadêmico é raramente utilizada, e no debate público, inexistente. É exemplo também o Japão, país em que no contexto da década de 1990 seria difícil admitir diferença de direita e esquerda no governo e na oposição. Em se tratando de duas potências mundiais, Anderson sugere que a tendência poderia também influenciar a Europa.

A mensagem principal que deixa Perry Anderson ao analisar Norberto Bobbio é que não se pode desconsiderar o visível esvaziamento dos termos direita e esquerda. Não se deve, porém, defender o seu abandono, mas é justamente identificando e encarando o problema, refletindo sobre ele, que se consegue permanecer considerando a díade.

Bobbio responde a Anderson em carta datada de fevereiro de 1998. Nesta, Bobbio inicia o diálogo com a objeção de Anderson sobre seu suposto idealismo sobre a esquerda, descolado, de certa maneira, da realidade. Anderson parece criticá-lo por não perceber que a esquerda “deu o braço a torcer”, e aceitou as condições de sobrevivência na sociedade capitalista do livre mercado. Contudo, Bobbio não muda de ideia quanto a ser da esquerda a busca pela igualdade. Ele tende a acreditar que as ideias de Anderson sobre a esquerda vão de encontro com as suas, uma vez que seu interlocutor difere a igualdade buscada pela social-democracia europeia do comunismo, e também a própria ideia de igualdade, pela qual a esquerda deve lutar, corrobora com sua opinião.

Bobbio argumenta que se dá conta de que governos de esquerda praticam a mesma política dos de direita, mas que isso não é razão para o desaparecimento da díade. Nem mesmo isto é observado no plano real (pelo menos na Itália, sua terra natal). Pelo contrário,

Bobbio observa um acirramento de conflitos políticos e a nítida polarização, principalmente no debate público em geral, entre esquerda e direita.

Insiste Bobbio na opinião de que a igualdade é o tema que continua separando a esquerda da direita. Seria perceptível isso, por exemplo, no tema do trato com os imigrantes, em que a direita tem uma atitude excludente e a esquerda inclusiva, justamente por uma ser inigualitária e a outra igualitária.

Por fim, Bobbio deixa a mensagem de que a esquerda teria ainda muito o que fazer no combate às disparidades ocasionadas pelo capitalismo. De que o fim da história, como proposto equivocadamente por Fukuyama, está longe de ser realmente a linha final da história da sociedade.

Capítulo 2: Direita e esquerda no pensamento de Anthony Giddens

Neste capítulo, será analisado os conceitos de direita e esquerda sob a perspectiva do sociólogo britânico Anthony Giddens, com base especialmente em seu livro *Para além da esquerda e da direita*. Diferentemente de Bobbio, Giddens não faz uma análise sistemática de cada argumento a favor ou contrário à distinção, e também não se empenha em negar a díade, mas apenas a deixa em segundo plano, deixando claro que seu objetivo é demonstrar, segundo uma abordagem globalizante e do ponto de vista do realismo utópico, uma possível alternativa às contradições do mundo moderno.

2.1. Uma análise da introdução de *Para além da esquerda e da direita*

Anthony Giddens inicia seu livro dissertando sobre um dos temas centrais de sua análise, o radicalismo político. Segundo ele, o socialismo, que sempre esteve ligado à imagem radical, teve como bandeira a revolução como único meio de “romper com os domínios do passado”. Contudo, afirma que a principal marca do radicalismo não era a revolução, mas sim o seu progressivismo. Com o fim da Guerra Fria ficou-se com a impressão de que a mudança radical almejada pelo socialismo não seria possível, mas Giddens questiona tal ideia e levanta a hipótese de que o que ocorria no momento seria na verdade um excesso delas.

Na data em que os acontecimentos políticos suscitavam contradições diversas, o pensamento conservador, por exemplo, mostrou-se rapidamente defensor das mudanças radicais relativas à lógica capitalista. O socialismo, por outro lado, tornado conservador na tentativa de manter os avanços promovidos pelo “*Welfare State*”, perdeu sua identidade original quanto à tentativa de propor uma nova etapa de sociedade. Os movimentos sociais por exemplo, ligados à esquerda, possuíam alguns ideais socialistas (muitos não), mas não lutavam pela superação da ordem capitalista.

Nesse contexto, os acontecimentos não se mostraram dentro do previsto pelos socialistas. O avanço da humanidade não se encontrava “sob rígido controle humano”, como lembra Giddens, mas sim permeado por questões inquietantes e incertas. Nesse

sentido, Giddens identifica o que chama de *incerteza artificial*, ideia em que os fenômenos da sociedade são muito mais incertos que previsíveis e controláveis, como o aquecimento global, por exemplo.

As três causas para o progresso dessa *incerteza artificial* seriam a globalização, tradição e a incerteza. A primeira delas, a globalização, consiste em fenômeno fundamental na análise de Giddens e não se resume somente à economia, mas atua na “transformação do espaço e do tempo”. Ou seja, ela interliga todas as ações humanas e estabelece relação de afetabilidade entre um ato praticado em um país e outro muito distante dali. Os setores que obtiveram saltos mais largos com o advento da globalização foram as comunicações e o transporte de massas.

Em segundo lugar, Giddens elege uma nova *ordem social pós-tradicional*. Giddens nos mostra que determinadas tradições foram rompidas com o Iluminismo, mas que logo após este processo novas tradições foram inventadas, como as de família e relativas a comportamentos sexuais. Surge também ligado à tradição o fundamentalismo, que se baseia no reforço da tradição, em preceitos tomados como verdades pelos que nela creem, e que consiste na purificação das formas tradicionais, tendendo muitas vezes à violência. Essa nova ordem vem questionar e exigir justificativas plausíveis das tradições.

O terceiro fator essencial é a *reflexividade social*, que significa o ato de refletir as ações tomadas em sociedade, filtrar informações a todo o momento. Ou seja, a relação entre reflexividade social e incertezas se tornam mais íntimas, na medida em que as decisões de Estados ou empresas necessitam dialogar com o conjunto de seus “subordinados” (em um comportamento ativo por parte destes), e não tomadas arbitrariamente.

Passando a uma análise de três doutrinas ou movimentos políticos, socialismo, conservadorismo e neoliberalismo, Giddens afirma que o socialismo, por exemplo, deixou de ser “a vanguarda da história” no momento em que a exigência da reflexividade se torna alta, e as entradas de baixo nível compõem verdadeiramente a sociedade.

Já no embate conservadorismo *versus* progressivismo, ligados tradicional e respectivamente à direita e esquerda, inverteram-se os papéis no momento em que a proposta neoliberal trazia mudanças radicais com a abertura de mais e novos mercados e a esquerda tentava manter as conquistas do Estado de bem-estar social de até então. Essas contradições evidenciaram-se também na própria configuração do neoliberalismo, em que

se apresenta conservador na defesa de valores como família e religião, mas prega mudanças radicais com a adesão ampla da lógica de mercado.

Seria então a saída, questiona Giddens, o capitalismo liberal? A resposta é negativa, uma vez que este não atende completamente as demandas de uma sociedade reflexiva e não gera “solidariedade social”.

Tendo em vista a visível exaustão das ideologias então vigentes, ganha espaço o “conservadorismo filosófico” aliado à proposta verde de preservação e proteção. Tal proposta, segundo Giddens, retoma um debate importante sobre os limites do expansionismo humano sobre a natureza, sendo o tema de fundo de todo o livro.

Giddens não hesita, porém, em tecer sua crítica ao capitalismo. Segundo ele, as democracias liberais encontravam na década de 1990 uma questão central a ser discutida e que estava intimamente ligada ao conceito de democracia que se buscava: a violência. Tal fenômeno era originado do fundamentalismo, gerado, por sua vez, por uma sociedade globalizada em que nunca antes o choque cultural havia atingido tais níveis.

O seu conceito de radicalismo, portanto, que busca uma solução para o problema, como será exposto a seguir, mantém os principais conceitos do socialismo e, em conjunto, recorre ao conservadorismo filosófico. Em seis principais pontos, Giddens expõe suas ideias quanto a uma política radical alternativa. O primeiro ponto diz respeito a restaurar “*solidariedades danificadas*”, com uma preservação seletiva da tradição. Analisando a natureza do individualismo, Giddens defende a preservação da individualidade na forma de reflexividade, para que o indivíduo tenha condições de pensar e decidir sobre sua vida, leve-se em conta a autonomia e a interdependência, mas que não caia no egoísmo simples e puro do livre-mercado. Ele propõe um equilíbrio fornecido pela confiança ativa, que conjugue o tradicionalismo e a modernidade das instituições, da família, por exemplo, em busca de uma solidariedade social. Essa confiança ativa não é imposta, mas busca um comprometimento entre os entes da família, com clareza de responsabilidades.

O segundo ponto diz respeito a uma política emancipatória, na qual o sujeito adquire liberdade de deliberar sobre seu “estilo de vida”, sobretudo superando a privação de bens materiais. No terceiro ponto, ele conceitua uma *política gerativa*, que seria a junção da reflexividade social com a confiança ativa, ou seja, indivíduos e grupos atuantes no que desejam que aconteça e que não aguardam apenas os direcionamentos do Estado. Não é,

porém, uma panacéia, mas funciona como fornecedora essencial de sustentação e instrumento para tentar solucionar problemas como exclusão social e pobreza.

O ponto de número quatro consiste na necessidade de formas mais radicais de democratização: a *democracia dialógica*. Ademocracia, na visão do autor, possui duas formas: uma como instrumento de representação de interesses, e outra como maneira para resolução de controvérsias pelo diálogo. Este segundo tipo é denominado por Giddens como a democratização da democracia, uma vez que se estabelecem diálogos entre indivíduos para a resolução das questões ou reivindicação de demandas, que não sejam supridas pela democracia formal. O que Giddens chama de “grupos de auto-ajuda e movimentos sociais” também têm papel importante no aumento da reflexividade e, por conseguinte, maior interação na democracia dialógica.

Em quinto lugar, Giddens alerta que era necessário repensar o *Welfare State*, local modelo de Estado em que se concentrou o que sobrou do socialismo contra o avanço neoliberal. O *Welfare State* foi estabelecido mediante um “acordo” entre classes. Havia, naquela data, a necessidade então de se refazer o acordo, visando não apenas a distribuir os benefícios previdenciais, mas prover poder aos beneficiados. Outro ajuste seria na direção de estabelecer uma política positiva de previdência, ou seja, buscar um tipo de prevenção ao beneficiado, e não restituição após o corrido.

Por último, os conflitos de valores existentes entre grupos sociais podem ser resolvidos, segundo Giddens, por segregação geográfica, distanciamento, diálogo (comunicação e auto-entendimento), e a violência ou força. Obviamente, o diálogo é o mais indicado pelo autor. Ele indica que, à medida que as duas primeiras opções foram reduzidas, criou-se uma bifurcação na apresentação de opções, entre violência e diálogo. Contudo, suas investigações mostraram existirem possibilidades reais de entendimento pelo diálogo desde que se aplique uma junção entre autonomia, solidariedade e diálogo.

O problema da atuação é levantado por Giddens no sentido de discutir quem são os agentes que implementariam na prática a política radical, além de se questionar quais seriam os valores que estariam contidas nesta política. A sociedade, para Giddens, passaria por uma universalização de valores comuns, atingindo o cosmopolitismo. Por fim, Giddens afirma que há motivos para otimismo, desde que não se creia em indivíduos ou grupos específicos que seriam responsáveis pela aplicação da política radical.

2.2. Uma análise dos capítulos de *Para além da esquerda e da direita*

Ao entrar na análise inicial do primeiro capítulo, observamos que Giddens faz importantes reflexões sobre os tipos de conservadorismo e por que ele elege o conservadorismo filosófico como central na sua proposta de radicalismo.

O autor trabalha com a ideia de que ser conservador significa basicamente a intenção de preservar. Apesar dos diferentes conceitos dos termos conservadorismo e socialismo (os quais, por exemplo, possuem característica peculiar nos Estados Unidos), o autor vai se concentrar nas perspectivas inglesas de conservadorismo e socialismo.

O conservadorismo se relaciona a práticas e sentimentos, sendo contrário à lógica. Ele sempre foi majoritariamente empirista, rechaçando a teorização. Porém, houve teóricos conservadores que se opunham sobretudo ao Iluminismo e defendiam a harmonia do *Ancien Régime*. Segundo esses pensadores, a verdade divina sobrepunha o contrato social feito pelos homens (crítica à Rousseau) e criticavam a sociedade industrial que rompeu com a calma da sociedade agrária.

O velho conservadorismo, segundo Giddens, defendia sobretudo a hierarquia, aristocracia, coletividade e o sagrado. Ele aceita, porém, as mudanças caso necessárias para que se mantenha a ordem. Para os conservadores – e Giddens enfatiza as ideias do pensador conservador britânico Edmund Burke –, coisas produzidas pela prudência e cautela podem ser rapidamente destruídas pela excitação da revolução. A ideia democrática de decisões tomadas por pleito majoritário seria uma afronta à uma sociedade conservadora formada tanto pelos homens presentes, mas também pelos que já se foram e estão por vir. Contudo, esse velho conservadorismo desapareceu juntamente com as formas sociais que ele se propunha defender, e sobre as quais se assentava.

Em não sendo mais plausível a defesa do feudalismo em detrimento do capitalismo, os antigos conservadores adaptaram seus ideais e passaram a aceitar a convivência com a democracia, tornaram-se defensores de um Estado menor, mas continuaram a conservar a religião como norte, contudo não mais como modeladora das formas sociais da sociedade.

No tópico “Conservadorismo, conservadorismos”, Giddens afirma que o conservadorismo filosófico se assenta em três aspectos. O primeiro seria a autoridade, que

“vem das qualidades transcendentais das instituições”, a lealdade (é o que um indivíduo deve a uma autoridade) e a tradição (liga o passado ao presente por meio dos costumes, considera o conhecimento adquirido por gerações). Portanto, uma crítica feita por essa doutrina é feita ao racionalismo, que propõe soluções universais, desconsiderando a história particular de cada nação ou instituição, tão importantes para o conservadorismo.

Em sequência, Giddens irá explicar em que consiste a doutrina neoconservadora, para posteriormente diferenciá-la também do neoliberalismo. Ele explica que os neoconservadores aceitam a influência do capitalismo e da democracia liberal na vida moderna, diferentemente dos conservadores considerados clássicos, mas que essa modernidade acaba por destruir a história de instituições moralmente importantes, tais quais a Igreja e a família. Conforme o pensamento neoconservador alemão, os indivíduos possuíam *status*, na era pré-moderna, relacionados a “aspectos específicos da história coletiva” que definiam sua posição e a especificidade de cada povo. Com o advento do capitalismo, e mesmo o *Welfare State*, criou-se um efeito danoso homogeneizador, que abalou os significados morais, e que só o conservadorismo pode preservar.

Já nos Estados Unidos, a crítica se funda na moral e cultura das instituições modernas. Utilizando o pensamento de Kristol, Giddens expõe uma dualidade dos neoconservadores: desejam conviver com o capitalismo e a democracia liberal, mas defendem a intervenção moderada do Estado na economia; criticam os liberais quando estes propagam o *laissez-faire* até chegar às instituições culturais e morais, e aqui identifica-se um ponto em comum com o pensamento alemão. Ou, para Daniel Bell, o liberalismo exacerbado promove um individualismo prejudicial, perdendo-se o direcionamento moral na sociedade.

Tendo conceituado o neoconservadorismo, Giddens passa a analisar os neoliberais. Segundo seu entendimento, a doutrina neoliberal tem no capitalismo a fonte dos bens da sociedade e valoriza o individualismo, sendo seus maiores expoentes no âmbito dessa discussão Hayek e Milton Friedman. Suas doutrinas são universalistas ao afirmarem que os benefícios do livre mercado se estendem a toda a humanidade, e para isso pregam a intervenção estatal mínima na economia. A desintegração da família, em contrapartida, é atribuída ao *Welfare State*, uma vez que torna o homem, pai e provedor da família,

dependente de benefícios previdenciários governamentais, ausentando-o de esforço individual e fazendo ruir a estrutura financeira familiar.

Em seguida, Giddens trabalha diferenças, semelhanças e contradições presentes entre o conservadorismo e o neoliberalismo. A pensadora Shirley Letwin, que exemplifica o neoliberalismo na figura do tatcherismo, afirma que o livre mercado deve estar também associado a uma maior eficiência econômica, mas sua principal função é moralizar as instituições. Exemplo disso é a privatização de empresas estatais, quando permite a pessoas terem ações dessas empresas como propriedade, passando de geração a geração, e estreitando assim os laços familiares. Portanto, são estas “virtudes ativas”, que estão acima do ganho econômico, o ponto de encontro entre o neoliberalismo e o conservadorismo. O tatcherismo não ataca as tradições, mas coíbe as velhas práticas do Estado ineficiente, ponto também que se iguala ao conservadorismo. Uma divergência importante do neoliberalismo, a chamada nova direita, do conservadorismo está no fato de que este reconhece a falibilidade da razão humana e, por isso, a necessidade de se recorrer à tradição, enquanto que os neoliberais defendem a perfectibilidade do mercado como promotor indefinitivo do crescimento econômico, duas ideias em princípio díspares.

Ao analisar a mudança social segundo a visão neoliberal, Giddens se utiliza das considerações do conservador John Gray e nos mostra que não há possibilidade de se submeter à subjetividade da expectativa dos mercados todo o esforço de coexistência pacífica entre os povos. O autor chama atenção também, apoiado sobre o argumento conservador, para o perigo em que se encontra a ideia neoliberal de que a espontaneidade dos mercados geraria benefícios universais, desconsiderando a “cultura comum” de cada povo, necessária ao desenvolvimento.

Giddens traz outra importante contribuição de Gray sobre o conservadorismo, que é sua ligação com o pensamento ecológico do movimento verde. Segundo o conservador, o ponto em comum entre as doutrinas seria basicamente a crença de que o capitalismo e sua defesa do crescimento econômico contínuo e desenfreado seria prejudicial para a sociedade, uma vez que geraria forte insegurança nas pessoas.

Outra importante questão levantada por Giddens é a relação do conservadorismo com o conceito de tradição. Segundo o conservador Scruton, são conceitos centrais no pensamento conservador a lealdade, a autoridade e a tradição. Este último – com pouca

discussão entre os conservadores – está ligado ao que Scruton chama de “teste de tempo”, ou seja, a certeza de que, no passado, tal processo já funcionou e que pode dar certo novamente. Já os outros dois conceitos devem ser aplicados para que se crie uma identidade entre as pessoas envolvidas. Na prática, contudo, a exigência da lealdade levou à repressão e à tortura (como na antiga União Soviética) das pessoas que não aceitavam se submeter a uma ideologia ou ideia comum. Essa é uma questão que obviamente deve ser evitada e que necessita de resolução no pensamento conservador.

Giddens chega a um conceito de tradição que seria a passagem de um aprendizado ao longo do tempo, geralmente possuindo-se um líder que é sábio e detentor da chamada “verdade ritual”. A sabedoria adquirida e transmitida ao longo do tempo de forma prática é, então, fundamental em seu conceito.

Entretanto, existia no período uma destradicionalização, identificada por Giddens, que se ligava também à degradação da natureza. Um exemplo disso, são as tecnologias de inseminação artificial que tendem a “desnaturalizar” o ato da reprodução humana. Contudo, Giddens adverte que estas questões devem ser discutidas na base do diálogo, e não por fundamentalismos, que nada mais são que a “defesa tradicional da tradição”, ou seja, uma tautologia argumentativa. O sociólogo britânico levanta aqui uma das principais bandeiras de sua obra: deve-se defender a tradição, mas não da forma tradicional, discutir a degradação da natureza e esclarecer que as mudanças não estão sempre relacionadas com o progresso, muitas vezes sendo contrárias (ainda com a ressalva de que o conceito de progresso também está em cheque). Deve-se voltar ao conservadorismo, mas fora dos velhos conceitos e a serviço de uma solidariedade social.

Nesse sentido, a distinção entre esquerda e direita perde grande parte de sua significação, uma vez que a modernização e mudança sempre foram bandeira defendidas pela esquerda, tendo resistência da direita. No momento alcançado contemporaneamente de uma sociedade com alta reflexividade social já não se poderia fazer tal distinção, mostrando, portanto, certa fragilidade os conceitos de direita e esquerda. Giddens defende, destarte, a tese de que o conservadorismo filosófico – centrado na sua ideia de continuidade entre passado, presente e futuro – e o radicalismo devem se unir (o que será melhor explicado adiante) na busca por alternativas audaciosas aos problemas humanos.

No segundo capítulo, intitulado “O Socialismo: Afastando-se do radicalismo”, Giddens traça o seu conceito de socialismo, até chegar à sua relação com o radicalismo. Mesmo sendo de difícil definição – devido, entre outros motivos, ao grande número de bandeiras que tal doutrina defende –, Giddens tenta definir, com um apanhado histórico, o que seriam as características fundamentais que qualificam o socialismo.

As ideias socialistas originaram-se do Iluminismo, sendo, por isso, contrárias à tradição. O desenvolvimento da sociedade vem das lutas dos homens e seu destino está sob seu poder (e não da vontade de Deus, como funcionava o *Ancien Régime*). Ou seja, a história e a natureza são recursos a serem dominados e utilizados pelo homem, e quanto mais seu funcionamento for conhecido tanto mais se terá controle sobre tais recursos.

No tema da igualdade, de forma mais radical, o socialismo recorre ao comunismo, na análise de Durkheim, que, por sua vez, enxerga a propriedade privada e o enriquecimento pessoal como males do homem. Por isso, o comunismo busca regulamentar o consumo, não a produção. “Nivelar por baixo” é seu intuito, para que haja um equilíbrio em toda a sociedade.

Ainda que o socialismo recorra ao comunismo, há distinções fundamentais. Por exemplo, o socialismo busca regulamentar a produção, não o consumo. O que existe é uma fusão entre Estado e economia, afirma Durkheim, em que aquele possui um controle diretivo sobre esta. Contudo, Marx não teria deixado clara a questão da igualdade para o socialismo, uma vez que o controle diretivo da economia não estava primordialmente conectado com a redistribuição de riquezas. Isto é, não se poderia classificar o socialismo como uma doutrina puramente igualitária, tendo o comunismo como parâmetro.

Em todas as versões do socialismo, o controle da produção seria o destino final do curso do sistema capitalista, já que o colapso deste último e a convergência ao sistema socialista seriam “inevitáveis”. Críticos do modelo socialista de economia, como Mises e Hayek, afirmavam que a centralização da produção tornaria a economia ineficiente, uma vez que seria tomada por burocratas. A economia racional, segundo eles, necessita da propriedade privada e valor monetário.

No que diz respeito ao tema socialismo e democracia, os teóricos socialistas nunca esclareceram de forma satisfatória esta relação confusa, nas palavras do sociólogo inglês. Na tentativa de preencher lacunas deixadas pela democracia liberal – não obstante os

direitos democráticos atingirem apenas os mais privilegiados, dizem eles –, os pensadores socialistas propuseram alternativas mais radicais (revolucionárias) ou mais moderadas (as reformistas). Os primeiros defendiam que só com uma ruptura no sistema, a revolução, uma ordem mais justa seria imposta. Já os reformistas defendiam mudanças graduais na sociedade até a culminância inexorável no socialismo.

A pergunta a seguir, levantada pelo autor, parece ser o ponto balizador do pensamento socialista, do mais radical ao moderado: “Como pode uma sociedade ser democrática quando a distribuição de recursos é tão desigual que os direitos formais perdem boa parte de seu significado?” (GIDDENS, 1996, p. 73).

Um dos autores socialistas reformistas, Marshall, propõe uma maneira de manter a democracia representativa somada ao socialismo, pois argumenta que a melhor maneira de atenuar as desigualdades são a garantia de direitos prevista pela democracia liberal. Esta visão é questionada por Giddens pois há que se resolver o paradoxo (proposto pelo socialismo): democracia liberal *versus* abolição do Estado. Por fim, ele lembra que o debate sobre a igualdade no socialismo ainda está em aberto.

Sobre o socialismo revolucionário, Giddens lembra que a principal discussão no pensamento socialista é a antinomia revolução *versus* reforma. Segundo alguns socialistas, a revolução é necessária pois representa uma transição, ou seja, uma mudança de um tipo passado e tradicional de sociedade para outro mais avançado. Por isso, são contrários às reformas, consideradas “paliativas”, como no caso do *Welfare State*.

No tópico “Limites do modelo cibernético”, o autor apresenta críticas ao modelo de planificação centralizada da economia. A “nova direita”, apoiada em Mises e Hayek, defende que há uma impossibilidade no estabelecimento de preços por um grupo de pessoas por que este vem de um saber prático, adquirido por hábitos e, portanto, impossível de se determinar por “avaliação econômica”.

Giddens sugere o contrário: quando há uma sociedade composta por indivíduos com “preferências relativamente estáveis”, a tradição auxilia no êxito do planejamento diretivo da economia. Sumariamente, ele reconhece que a planificação econômica funciona apenas em sociedades de baixa reflexividade, mas que se torna impossível em sociedades complexas e com grandes influências externas.

Diante da queda do comunismo, pensou-se na existência de um “socialismo de mercado”, a chamada terceira via. A ideia seria que os coletivos de trabalhadores teriam participação na empresa, ao invés de acionistas, no modelo de cotas. Contudo, Giddens mostra que esta possibilidade não existe, pois há incongruências no modelo de gestão pelas cooperativas (discordâncias com relação ao investimento de capital, por exemplo) que gerariam estagnação e desemprego maciço.

A relação entre socialismo e *Welfare State* é discutida por Giddens sob a ótica de Marshall e Crosland. A teoria do primeiro argumenta que o capitalismo gera polarização e a cidadania integração, uma vez que os direitos políticos abrangem a todos. Tais direitos possibilitaram à classe trabalhadora ser ouvida e conquistar o *Welfare State*.

Já Crosland afirma que Marx não fornece instrumentos corretos para análise contemporânea. Uma das principais razões seria o fato de que os capitalistas perderam poder, sobretudo devido ao advento das instituições previdenciais, e não ganharam, como previra Marx. O conjunto de ideias que formam o socialismo, segundo Marshall, foram em boa medida conquistadas pelo *Welfare State*, não obstante o quase fim do desemprego e elevados níveis de qualidade de vida, no tocante à Grã-Bretanha dos anos de ouro do Estado de bem-estar (a obra é de 1967).

Em “Uma avaliação preliminar”, Giddens analisa as ideias de Marshall e Crosland apresentadas até aqui. Segundo o sociólogo, os reformistas analisados afirmam que o logro da cidadania e do *Welfare State* se deram pela evolução da sociedade, sem considerar as lutas ativas para conquistá-los nem a real possibilidade de seu retrocesso.

Ao fim, ele traça 10 inconsistências dos argumentos de Marshall e Crosland e explica que tal forma de defesa do *Welfare State* encontra-se frágil. Podemos destacar os principais pontos: (a) a cidadania econômica de Marshall e seus direitos políticos não estão suficientemente estabelecidos e explorados; (b) o conceito de previdência tradicional do pós-guerra tornou-se ultrapassado principalmente devido à mudança estrutural da família e maior protagonismo feminino no mercado de trabalho; (c) os limites financeiros ao gasto público com previdência devido a uma maior complexidade e resistência do eleitor; (d) as mudanças demográficas, com relação à aposentadoria por exemplo, podem desbalancear a questão fiscal dos governos.

No capítulo 3, “As revoluções sociais de nosso tempo”, Giddens expõe sua visão sobre as mudanças na vida social e de que forma as incertezas artificiais afetam os indivíduos. Expõe Giddens que os riscos sociais da humanidade se alteraram, sendo riscos de “grande consequência”, desde o aquecimento global à superpopulação ou “tecnopidemias”. Em suma, o mundo globalizado de alta reflexividade, no qual todos os indivíduos estão envolvidos e conscientes, envolve tomada de decisões, como no exemplo dado por Giddens da instalação de uma usina nuclear, que não sejam apenas técnicas, mas que envolvem uma reflexão mais abrangente, levando-se em conta aspectos culturais e ambientais.

O autor discute dois conceitos, a modernização simples, que se relaciona com o desenvolvimento da ordem industrial, e a modernização reflexiva, ligada às mudanças sociais. Este processo, que pode ter seu início definido pela primeira transmissão de rádio via satélite, daí proporcionando a comunicação instantânea que temos hoje, tem desdobramentos nas dimensões mais gerais ou particulares e individuais.

No âmbito cultural, coletivo e geral, as tendências globalizantes se fazem ver desde a moda até a religião e o cinema. De ordem mais individual, as mudanças promovidas pela globalização afetam a constituição das identidades das pessoas, compostas por corpo e *self*, as quais não são mais aceitas prontas e requerem, segundo argumento do sociólogo, uma reflexão para construção destas identidades.

Pessoas são cada vez mais afetadas por problemas alimentares como bulimia e anorexia. Giddens dá ênfase à anorexia pois afirma estar diretamente ligada à globalização. A abundância e novas formas de transporte e armazenamento de alimentos promoveu uma tensão nas pessoas, que são obrigadas a decidir o que comer a todo momento. O autor define: “a anorexia é uma reação defensiva aos efeitos da incerteza artificial” (GIDDENS, 1996, p. 98).

As relações pessoais se tornam complexas na medida em que processos “naturais” do passado, como se casar e ter filhos, já não se encontram tão seguros, como o curso normal da vida. É importante frisar, porém, que, na sociedade pós-tradicional, as tradições não deixam de existir, mas sim são questionadas, como no exemplo dos conceitos de feminilidade e masculinidade, debate este protagonizado pelo movimento feminista.

O autor volta ao tema do fundamentalismo e afirma que ele se torna insustentável em sua essência, uma vez que a defesa da tradição de forma tradicional insiste na falta de diálogo, o que vai contra a sociedade cosmopolita que se desenhava.

Finalmente, o autor esclarece dois pontos fundamentais que explicam de forma clara a questão da reflexividade social: ele conceitua o termo e dá um exemplo. A reflexividade é definida pelo “uso de informações sobre as condições de atividade como um meio de reordenar e redefinir regularmente o que essa atividade é” (GIDDENS, 1996, p. 101).

Em seguida, cita um ótimo exemplo de reflexividade social no mundo cosmopolita e pós-tradicional:

Um antropólogo visita uma cultura estrangeira; após seu regresso, uma monografia seria escrita e depositada na biblioteca. Uma situação dessas não se sustenta mais. Nas profundezas da floresta, é provável que os antropólogos encontrem povos nativos que estejam familiarizados com algumas ideias antropológicas ou até mesmo com textos. Etnologias são usadas para interpretar as culturas locais, reconstruir as habilidades e hábitos tradicionais perdidos, e contar como evidência nos tribunais (GIDDENS, 1996, p. 101-102).

Neste tópico, “Consequências estruturais”, Giddens trabalha o tema da globalização sob a abordagem do capitalismo como seu expansionista e gerador. Afirma que com a ascensão de economias “periféricas”, como a China, e o deslocamento do eixo de desenvolvimento, os críticos que colocam o capitalismo como culpado pelas desigualdades e produtor da “periferia do mundo” perderam um pouco sua referência.

Nesse sentido, países com sistemas de previdência conseguem atenuar as desigualdades de renda (não sem forte tensão na sociedade). Em contrapartida, os neoliberais pregavam o fim destes benefícios previdenciais como forma de aumento da competitividade global. Contudo, Giddens argumenta que a igualdade (promovida pela previdência) pode acompanhar o crescimento econômico, como no caso da Coreia do Sul e Taiwan.

A política de vida, contida no tópico “O advento da política de vida”, pode ser explicada, segundo a visão esquerdista da emancipação para a liberdade e busca de autonomia, como a necessidade de tomada de decisões no cotidiano, tanto pelo indivíduo quanto pelo coletivo. A questão ecológica, defende o autor, coloca-se como central na

política de vida, pois obriga a todos a repensarem sobre a maneira de se desenvolver e buscar o progresso.

Em “Mudança social e o papel da confiança ativa”, o autor afirma o seguinte: “O que está em discussão aqui, no contexto da incerteza artificial, é a questão de geração de confiança ativa – confiança nos outros ou em instituições (inclusive as políticas), que deve ser ativamente produzida e negociada” (GIDDENS, 1996, p. 109). Significa que a confiança ativa exige diálogo. A relação de pais e filhos, por exemplo, não funciona mais na base da imposição autoritária, mas sim de entendimento constante entre as partes.

O que Giddens chama de “sistemas abstratos de perícia”, que tanto influenciam a vida social, seriam as opiniões de “peritos”, pessoas com alto grau de conhecimento em determinado assunto, que já não detém o *status* de verdade universal. Portanto, uma pessoa que vai a um médico e recebe um diagnóstico busca opiniões de diferentes médicos para ter uma maior confiança na opinião emitida. É a confiança ativa que permite ao indivíduo essa autonomia. Assevera o autor: “É difícil não estar consciente de que qualquer padrão de vida – não importando o quão tradicional – é apenas uma entre outras formas de vida” (GIDDENS, 1996, p. 112).

No tópico “Incerteza artificial e ambientes de risco global”, são apresentados quatro contextos de risco de grande consequência, advindos da incerteza artificial: (1) Impacto do desenvolvimento social sobre ecossistemas, especialmente nas áreas industrializadas do mundo, como os gases de efeito estufa; (2) Pobreza em larga escala: 20% de toda população mundial vive em extrema pobreza; (3) Existência de armas de destruição em massa, como as nucleares; (4) Repressão a direitos democráticos: defesa hipócrita da democracia pelas potências na Guerra Fria, EUA e URSS, que na verdade atendiam apenas a seus interesses geopolíticos.

A partir das questões apresentadas, Giddens produz dois diagramas que mostram o problema, a causa do problema e como seria o ideal para aquela situação. Tentaremos demonstrá-los na seguinte tabela:

Problema	Causa	Ideal
Polarização econômica	Capitalismo	Economia de pós-escassez
Ameaças ecológicas	Industrialismo	Natureza humanizada
Negação dos direitos democráticos	Vigilância	Democracia dialógica
Ameaças de guerra em grande escala	Meios de violência	Poder negociado

Giddens explica brevemente cada uma das situações ideais, as quais serão mais aprofundadas adiante. A economia de pós-escassez seria um conceito utópico, mas baseado em questões praticáveis, e não inalcançável ou irrealis. Ela funcionaria em um contexto de interrupção de acumulação desenfreada de riquezas e de indivíduos conscientes da necessidade de consumo equilibrado.

A possibilidade de guerras em larga escala, com resultados devastadores, tem relação com a indústria bélica, de produção de armas químicas ou nucleares. Já a questão da violência deve ser tratada sob a visão da comunicação dialógica e do poder negociado, não apenas da paz como ausência da guerra, o que liga a questão da violência com a vigilância e necessidade de meios democráticos de negociação e diálogo.

No capítulo 4, “Duas teorias de democratização”, o autor reflete especialmente sobre o conceito de democracia para o autor Francis Fukuyama, suas contrações, e quais

seriam possíveis soluções para as distorções apresentadas. Inicialmente Giddens trata da “popularidade da democracia”. Tal popularidade se mostra na onda de democratização na década de 1990, principalmente em países do continente africano, substituindo autocracias de partido único por instituições parlamentares e sistema multipartidário.

Como a democracia se tornou “universalmente popular”? Questiona Giddens. Para responder à questão é possível demonstrar a abordagem ortodoxa de Fukuyama, que afirma que a democracia é o sistema político mais adequado que o homem já criou, o “ponto final da humanidade”, afirmação vista por Giddens com desconfiança.

Em sua teoria, Fukuyama afirma que a democracia permite a escolha pelo voto e a formação de lideranças políticas. Os sistemas autoritários falharam, segundo Fukuyama, porque não conseguiram criar legitimidade suficiente, e o que se esclareceu naturalmente à vista de países como os do Leste Europeu como único sistema ideal foi a democracia.

Há uma estreita e direta relação entre democracia e liberalismo, na visão do pensador norte-americano, especialmente no que tange ao direito que as pessoas têm a votar e formar grupos políticos. Portanto, a democracia é “processual” e não pode ser substantiva, como imaginaram os comunistas.

Já a ligação entre democracia liberal e capitalismo é filosófica, e não econômica, como se pode imaginar à primeira vista. Seguindo a sequência de fatos que se encadeiam um ao outro, a explicação para esta relação, sintetizada por Giddens, é a seguinte: a história é marcada pela busca de reconhecimento; a democracia liberal assegura e protege os direitos individuais; o capitalismo, junto da ciência e tecnologia, fornece progresso material, o que dá autonomia às pessoas, aliado à educação universal, o que atinge setores mais pobres. Em suma, Giddens afirma que, na perspectiva de Fukuyama, as pessoas buscam autonomia e respeito.

Uma forte objeção de Giddens ao pensamento de Fukuyama é o porquê de as revoluções burguesas terem acontecido há quatrocentos anos e terem demorado tanto para fazer o mundo entender qual seria o sistema político ideal, tendo em vista a onda de democratização ser apenas recente, nos anos 1990. Giddens pensa que a explicação de que

a história encontraria inevitavelmente estes percalços ao longo do caminho não seja convincente.

Por fim, Fukuyama defendeu que as democracias liberais encontrariam sim problemas a serem resolvidos, mas apenas após estarem consolidadas. Em contrapartida, Giddens afirma que já na década de 1990 as democracias liberais apresentavam grandes contradições, como a alienação e desinteresse das pessoas em geral pelas instituições políticas.

Após demonstrar a democracia liberal que o norte-americano Fukuyama defendia, Giddens propõe uma visão alternativa e diferente sobre a ortodoxia da democratização. Explica por que a democracia liberal está sujeita à tensão, e não representa o que Fukuyama idealizou.

Os processos de mudança global afetam de forma direta a vida das pessoas. A resposta a essas mudanças para o autor não é o encolhimento do Estado ou sua minimização, na teoria neoliberal. O sociólogo afirma: “Muitas das mudanças mais importantes que afetam as vidas das pessoas atualmente não se originam na esfera política formal” (GIDDENS, 1996, p. 128). Portanto, o domínio político é um entre muitas referências para as pessoas. A resposta para essas questões está na política gerativa, que será explicada adiante.

No que tange aos princípios fundamentais das democracias liberais (sistema de representação, voto universal, eleições regulares e livres, etc.), Giddens concorda com Bobbio e Weber. Porém, há falhas – como grupos políticos distantes do eleitor – que devem ser corrigidas por uma proposta diferente. Tal proposta é a democracia dialógica, que não deve ser entendida como uma substituição da democracia liberal, mas sim *contribuir*, na direção de retomar principalmente a solidariedade social perdido com a democracia liberal pura. Esta torna-se então a tese central do livro. O autor assevera: “Situada no contexto de globalização e de reflexividade social, a democracia dialógica incentiva a *democratização da democracia* dentro da esfera do Estado democrático liberal” (GIDDENS, 1996, p. 130).

Para construir e somar ao seu conceito de democracia dialógica, Giddens traz a ideia de democracia deliberativa, na qual os participantes de uma comunidade discutem, ouvem,

argumentam e deliberam suas posições, cujo objetivo é chegar a um “julgamento consensual”. O autor observa que a democracia deliberativa assume muitas soluções possíveis para um problema, o que vai contra a ideia da existência de uma “vontade geral”, proposta pela filosofia moderna da democracia (especialmente de matiz rousseauiana).

Com os indivíduos livres para, se quiserem, não se interessar pela política, os mecanismos de representação como eleição e parlamento degradam a legitimidade da democracia liberal. A democracia deliberativa vem contribuir para a solução desses “defeitos”. Os espaços como parlamentos são pouco utilizados pelo público para a “inspeção” da atividade política. Na democracia deliberativa, o público teria mais acesso às questões da política formal, tornando até os governos mais transparentes, embora não deixe claro e de forma mais detalhada como isso seria feito.

Ele faz, contudo, duas importantes ressalvas sobre seu conceito de democracia dialógica: diferente de Habermas, quando Giddens fala de comunicação não está se referindo diretamente ao poder do discurso, a fala, o diálogo em si, mas sim à condição pressuposta de que a reflexividade social se faça chegar a todos os ouvidos da sociedade. A segunda observação afirma que a democracia dialógica não defende essencialmente o consenso absoluto, mas busca salvaguardar primordialmente a tolerância entre quem fala e quem ouve, ou seja, contrariamente ao fundamentalismo. Não angaria solucionar todos os problemas pelo diálogo, mas garantir que esteja presente elemento fundamental na convivência: a confiança ativa.

Mas o que seria, de fato, esta democracia dialógica? Giddens explica que ela funciona em quatro áreas diferentes. A primeira está na vida pessoal: sexualidade, casamento, etc. No mundo pós-tradicional, o relacionamento deve ser do tipo “puro ideal”, em sentido sociológico. O casamento, por exemplo, mudou muito no mundo reflexivo, deixando para trás sua forma patriarcal e assumindo uma relação de igualdade. A heterossexualidade também não é mais vista como “natural”. Essas novas questões necessitam do diálogo, como na relação entre pais e filhos, que se atualmente dá de forma igual, não existindo uma autoridade pressuposta dos pais. Na esfera íntima e pessoal, se o diálogo e a autoridade baseada na negociação funcionam de maneira satisfatória, é sinal de

possível sucesso no desempenho da cidadania na esfera mais geral da sociedade. Esse diálogo na esfera íntima é chamado de democracia emocional.

A segunda área existe no âmbito dos movimentos sociais e grupos de auto-ajuda. Os movimentos sociais têm papel importante: introduzir debates novos, que ainda não foram pensados de determinado modo por conta da tradição, como conseguiram o movimento feminista e o movimento ecológico. Alcoólicos Anônimos são exemplo de grupo de auto-ajuda com tendências democratizantes, que favorece o diálogo e autonomia.

A terceira área é a arena organizacional. O que se observa, especialmente no âmbito empresarial, é uma tendência à descentralização do poder, da hierarquia, tanto na burocracia interna das megacorporações, como na concorrência destas com as empresas menores no mercado.

A quarta e última área é a “ordem global maior”. Nesta, observa-se a diminuição, nas relações internacionais, da dimensão dos Estados-nação, uma vez que muitas relações se dão a despeito deles. Esse diálogo cosmopolita tem como atores cada vez mais presentes os já citados movimentos sociais e de auto-ajuda, e abre espaço para ideias como a criação de parlamentos regionais, envolvendo continentes.

Já no tópico “A democracia e o problema da solidariedade”, como o título denuncia, o autor busca entender a possibilidade da existência da democracia dialógica com uma necessária maior busca por solidariedade. Nesse sentido, Giddens traz para a reflexão o conceito de sociedade civil de Oakeshott. Este autor visualiza que, para uma maior democratização da sociedade e das relações, é preciso uma reformulação da sociedade civil, e que esta esteja impregnada de generosidade e solidariedade. Giddens endossa esta visão e acrescenta que esta reformulação da sociedade civil deve ser feita na base do engajamento dialógico, sem espaço para fundamentalismo e defesa da tradição ao modo tradicional. Por fim, o cosmopolitismo deve constituir peça chave desse processo.

Todavia, o autor lembra que o componente da desigualdade se torna importante no processo de democratização, e por isso Giddens trata no próximo capítulo da questão da pobreza e do *Welfare State*.

Ao investigar as origens do Estado de bem-estar, no capítulo “Contradições do *Welfare State*”, Giddens demonstra que este sistema de previdência surge em um momento em que os países tentavam se recuperar da grande depressão de 1929 e das duas grandes guerras mundiais, em um contexto em que os Estados perceberam o alto risco que o desemprego passou a representar. Assim, na tese do autor e apoiado nas interpretações de vários outros, as instituições previdenciais foram criadas muito mais como uma forma dos governos se garantirem contra os riscos futuros (como guerras ou crises econômicas), do que um voluntarismo em favor dos mais pobres e necessitados (e muito menos foi resultado da ação organizada dos trabalhadores). As guerras, em especial, deixaram a mensagem de que o desemprego e a pobreza poderiam se alastrar e atingir qualquer pessoa, sem distinção, o que fez com que se desse mais impulso aos benefícios previdenciais (GIDDENS, 1996).

Os nos desafios que *Welfare State* encontrava no mundo globalizado se dava no modo como o próprio *Welfare State* foi concebido, baseado em concepções que tomaram outro rumo com o advento da globalização: um modelo de família patriarcal, com o emprego preenchido pelo homem e o lar preenchido pela mulher, assim como o modelo de emprego tradicional industrial e de tempo integral. Estas duas concepções se alteraram na nova dinâmica global dos anos 1990, a partir do que Giddens chama atenção para as possíveis causas de seu declínio.

Outra tese que tenta explicar o decaimento do *Welfare State* é a de que existia uma “população satisfeita” com o nível de vida que conseguiu atingir, beneficiada pelo próprio sistema de previdência, e que não aceitava, em tempos de crise, perder este *status* alcançado. Esse argumento é “duvidoso”, contrapõe o autor, pois a cultura da ansiedade pode ter a mesma importância da cultura da satisfação. Um exemplo disso é que profissões que costumavam ser estáveis, passaram a estar mais suscetíveis ao desemprego, o que faz com que estas pessoas se sintam mais inseguras. Nesta direção, essa população satisfeita podia estar exigindo mais autonomia e recusando a dependência com relação aos benefícios previdenciários do Estado, em uma perspectiva de reflexividade.

Nesse panorama, muitas foram as mudanças que podem explicar a questão do declínio do *Welfare State*, acrescentado de uma divisão de classes que também parecia estar um pouco dissolvida. Entre tais mudanças, podem ser citadas o fato de que o conceito de

classe toma característica mais pessoal do que coletiva ou que o senso de continuidade da cultura de classe entre gerações é afetado, pois filhos dificilmente seguem profissões dos pais.

Em seguida, Giddens tenta explicar o que é o conceito de subclasse, sob dois questionamentos: em que medida a pobreza que ainda persistia foi produzida pelo *Welfare State* e até que ponto pode-se denominar essa parcela de pessoas com pobreza crônica de “subclasse”.

As teorias da esquerda e da direita tentaram explicar a existência da subclasse. A esquerda acreditou que essas pessoas seriam marginalizadas, pois, enquanto minorias de imigrantes especialmente, estão sujeitos a aceitar postos de trabalho recusados pelos nativos e que encontram enormes dificuldades de ascensão social muito por conta do preconceito. Já a visão da direita é mais crítica com a própria subclasse, afirmando que ela é constituída por pessoas que optaram por serem dependentes do benefício previdenciário e que perderam o senso de comunidade, voltando-se para seu próprio interesse e uma espécie de comodismo.

Entre uma e outra, Giddens se assenta na tese de Lewis: com a dependência e a falta de perspectiva cria-se uma “cultura de pobreza”, passada de geração a geração, em que cada vez mais essa população pobre é excluída e se exclui do radar da classe média, dentro dos países. Porém, na conclusão o autor eleva a discussão nesse momento a nível global: embora parte da sociedade nacional coloque as subclasses à margem, esses pobres fazem parte de uma dinâmica mundial entre ricos e pobres, entre o conjunto de países do Terceiro Mundo frente aos do mundo desenvolvido.

Por fim, no tópico “O futuro da previdência: uma orientação preliminar”, Giddens elenca alguns principais problemas do *Welfare State*, tais quais a relação entre eficiência econômica e redistribuição de riqueza (fraqueza central do sistema previdenciário), o fato de ao fim ter fortalecido a classe média em detrimento dos mais pobres, e a questão da distribuição de riscos por toda sociedade. Lembra ele novamente, tais problemas devem ser enfrentados com uma visão adequada ao novo mundo globalizado e que apresenta alta reflexividade social, que será discutido no próximo capítulo.

No início do capítulo 6, “Política gerativa e previdência positiva”, Giddens explana sua ideia de um modelo de previdência gerativa. Conforme relata, a questão da previdência está permeada pela questão dos riscos artificiais. Diferente dos riscos externos, que são catalogados e, dentro de certo limite, controlados, os novos riscos do mundo globalizado dependem de incertezas artificiais que estão fora do alcance palpável do homem.

Sua proposta para a previdência é simples e mira as causas do problema. Explicamos: quando se cura a causa do problema, economizam-se recursos e dá mais eficiência ao sistema. Portanto, para se minimizar o problema do câncer (pensando em que ainda não se tenha descoberto a cura), deve-se trabalhar para que haja menos pessoas expostas ao sol ou com hábitos alimentares prejudiciais à saúde. Para o problema de acidentes rodoviários, as estradas devem ser melhor projetadas, carros mais seguros e maior fiscalização nos limites de velocidade. Essa abordagem, mais heterodoxa, pensa o problema da previdência em um nível elevado, e não o transforma em mera questão fiscal.

A desigualdade entre países desenvolvidos e os países do Terceiro Mundo chama muito a atenção do autor, que trata do tema a seguir. De forma prática e direta, ele propõe diversos pontos na tentativa de suprimir essas diferenças e propiciar uma maior igualdade entre as nações. O desenvolvimento econômico com *engajamento reflexivo* deve ser preservado, como a proposta por ONG de indígenas norte-americanos que utilizam “recursos renováveis e habilidades locais para o fornecimento de bens e serviços” (GIDDENS, 1996, p. 182). Outras medidas vão no sentido de promover a saúde pública autônoma para os mais pobres e a manutenção da família como instituição garantidora de segurança para o indivíduo.

Mas, como promover esses benefícios de forma real no mundo pós-moderno? A questão que estava posta era o surgimento de uma sociedade de pós-escassez. Tal ordem pós-escassez surgia frente ao crescimento econômico desenfreado, exigindo mudança na maneira com que se enxergava o desenvolvimento.

Essa ordem de pós-escassez tem a ver com as preocupações de Giddens com a escalada da exploração dos recursos, que tem causas no crescimento populacional, mas principalmente no alto padrão de consumo produzido pela modernidade. Por isso, o sociólogo britânico traz uma discussão importante do pensador Charles Murray, que

argumenta que a pobreza em si não devia ser combatida, mas a auto-realização devia ser promovida, baseada sobretudo em três pilares: garantia material (o mínimo para a subsistência), segurança e amor-próprio.

Outro pensador, Latouche, é utilizado pelo sociólogo para demonstrar seu ponto de vista. Tal pensador afirma que a economia informal, dos excluídos, dos mais pobres, tinha forte representatividade percentual nas economias dos países (embora fosse considerada de segundo escalão pela sua própria condição de informalidade), porém não demonstravam ser “menos felizes” que no mundo consumidor. Giddens sugere, então, que talvez a alternativa ao desenvolvimento estivesse contida exatamente nesse mundo dos excluídos. Tal mundo “alternativo” possuía modos próprios de vida. Suas produções artesanais abasteciam a própria comunidade, e o lucro era reinserido não na forma de acumulação, mas de compartilhamento e solidariedade. Não se tratava, contudo, de apologia à pobreza nem de ir na direção retrógrada, mas mostrar caminho alternativo ao produtivismo.

No tópico “O losango estrutural”, Giddens deixa claro que determinadas escolhas, no mundo moderno, colocam os indivíduos em situações de tensão, sendo consideradas pelo autor como as principais: família, gênero, trabalho e gerações. Essas escolhas e suas consequências estão na constituição das instituições modernas. Assim é no caso da velhice, utilizada aqui por Giddens para explicar tais contradições.

Ele afirma que por muito tempo o envelhecer foi visto de forma negativa, como um fardo para a sociedade contribuinte que devia manter os idosos (definidos, por convenção, no mundo Ocidental, por pessoas com mais de 65 anos). Contudo, a pirâmide etária dos países desenvolvidos havia mudado ao longo do século XX. Na década de 1990, a expectativa de vida havia aumentado e a taxa de natalidade reduzida sobremaneira. Naquela data (assim como hoje essa discussão surge se impõe aos países emergentes), a questão da previdência havia se tornado um problema em vista da maior quantidade de idosos para se manter em proporção ao número de trabalhadores ativos necessários ao custeio.

Em oposição à visão da questão como problemática, Giddens enxerga como uma possibilidade de política gerativa. Na forma do mundo destradicionalizado, há um embate e maior convivência de múltiplas gerações assim como novas recombinações familiares com divórcios e novos casamentos. Nessa perspectiva, a sexualidade masculina ganha papel

central nas novas discussões pós-modernas, não obstante a efervescência do debate sobre gênero, destradicionalização do patriarcado familiar e a tensão do mercado em receber as mulheres com postos suficientes de trabalho.

No capítulo 7, “Previdência positiva, pobreza e valores de vida”, a principal reflexão levantada por Giddens é a complicada equação que se estabelece entre se ter uma vida feliz e a criação de riqueza. Já foi relatado seu conceito de ordem pós-escassez em que necessariamente teríamos de viver no mundo destradicionalizado. Mas onde encontrar um modelo que mostre reais possibilidades da existência desta ordem? A resposta está na economia informal. Nessa economia, estão presentes dois conceitos fundamentais, para Giddens, que são o de produtividade e produtivismo. Este último é definido pelo autor como a relação que se estabelece entre a necessidade do trabalho, para reconhecimento do indivíduo socialmente, e para o desenvolvimento econômico com a primazia da indústria. Entretanto, o necessário desenvolvimento não pode estar atrelado ao crescimento econômico. Já produtividade “significa o retorno gerado pelo investimento de tempo” (GIDDENS, 1996, p. 203).

Claramente, a produtividade é o que deve reinar na conexão entre ordem pós-escassez e setor informal. Deve-se olhar para a produtividade da mão-de-obra, e não apenas do capital e recursos materiais. O autor afirma ainda que a obsessão empresarial para acumulação foi a responsável por deslocar o trabalho de uma vida moralmente centrada para o simples acúmulo. Nesse sentido, a ordem pós-escassez não estaria apartada da criação de riquezas, uma vez que a dinâmica recente do mercado de trabalho mostrava uma flexibilização das horas de trabalho na direção da sua redução, comprovando a ideia da produtividade. Em resumo, a economia informal apresenta modos de vida mais adequados à ordem pós-escassez pois valoriza as solidariedades locais.

Em uma pequena digressão sobre o conceito de felicidade, Giddens alerta mais uma vez os problemas do *Welfare State*, que pressupõe e busca promover o bem-estar e a felicidade apenas baseados nos bens materiais. A felicidade tem muito mais a ver, na análise de Giddens, com a situação interior do indivíduo, a forma com que ele interpreta as ações exteriores. Portanto, não se pode concluir premeditadamente que pessoas pobres devam melhorar sua vida material para serem felizes, não obstante pesquisas demonstrarem

exatamente o contrário, em um contexto em que andarilhos vivenciavam sensação de felicidade mesmo submetidos à privação material.

Como mostrado até aqui, o *Welfare State* não pode ser tratado da forma tradicional em uma ordem pós-escassez. O exemplo mais uma vez dos idosos é representativo. Giddens imagina a questão da aposentadoria compulsória aos 65 como não mais existindo, enquanto formas como “ano sabático ou aposentadoria gradual” ganham espaço. Deve-se buscar o aproveitamento das capacidades ainda latentes em pessoas idosas, que ainda podem e estão dispostas a contribuir para a sociedade.

Mas a discussão central desse tópico consiste no conceito de desemprego, que é um ponto, devemos reconhecer, um tanto confuso em sua obra. Giddens afirma que abordagens ortodoxas sobre o conceito de desemprego o definem como o período em que uma pessoa não possui um emprego assalariado. Ele afirma, contudo, que a questão deve ser tratada do ponto de vista da produtividade, e não do produtivismo. Assim, o desemprego tem a ver com a auto-identidade das pessoas e que a abordagem correta ao problema seria trabalhar o psiquismo das pessoas para a promoção desta auto-identidade e “procurar desenvolver meios pelos quais as identidades danificadas possam ser curadas e um forte senso de amor próprio seja desenvolvido” (GIDDENS, 1996, p. 213). Porém, a certa altura, e defendendo uma ideia de segundas chances que estaria relacionada às oportunidades aos idosos comentadas acima, lança a seguinte afirmação: “O plano de ação previdencial consiste em expandir o mercado de trabalho para atender à demanda ou pagar para aqueles que estão sem trabalho; as segundas chances consistem em colocar desempregados em empregos” (GIDDENS, 1996, p. 212). Se a melhora da auto-identidade das pessoas seria uma forma de alcançar a solução do problema, que é dar emprego aos que estão desempregados, de fato não há como enxergar uma relação lógica nessa análise.

Segundo Giddens, conforme é defendido no tópico “Divisões de classes e conflitos sociais”, esses conflitos alteraram seu eixo das antigas divisões de classe social para traçarem novas formas, e a principal tensão que se apresenta é a de gênero. O *Welfare State*, como já nos informou Giddens, estava baseado em estruturas familiares patriarcais, ainda que as mulheres tenham buscado cada vez mais sua emancipação e autonomia. Por outro lado, os neoliberais buscavam atacar o *Welfare State* no sentido da restituição dos

valores familiares perdidos. Ora, se o *Welfare State* ainda está assentado nos velhos valores patriarcais e os neoliberais o culpam como responsável pela perda destes mesmos valores, há aí uma incongruência apontada pelo autor.

Nesse conflito de gêneros, ele defende um “pacto entre os sexos” para o refazimento das solidariedades no interior das sociedades industrializadas, assim como confirma o fracasso dos sistemas previdenciários baseados no patriarcado. De forma a encontrar uma solução gerativa para a desigualdade, Giddens traça, no tópico “Os afluentes contra os pobres? Um modelo gerativo de igualdade”, seu modelo gerativo de igualdade, que pode ser resumido como a “colaboração mútua para superar os ‘males’ coletivos e em termos de um movimento generalizado afastando-se do produtivismo” (GIDDENS, 1996, p. 218).

Uma das principais formas de se alcançar tal modelo seria no sentido de um engajamento com a busca da felicidade de forma ativa e gerativa. Giddens não defende os extremos, nem o conformismo total, que leva à passividade, nem a obsessão pelo controle impulsivo da vida social, mas um meio termo. Giddens utiliza um conceito, “eu autotélico”, que significa o ato do indivíduo criar autoconfiança para que consiga de forma proativa uma:

apreciação positiva da diferença social. Ele se refere a uma pessoa capaz de traduzir potenciais ameaças em desafios gratificantes, alguém que é capaz de transformar entropia em um fluxo coerente de experiências. O eu autotélico não procura neutralizar o risco ou supor que “uma outra pessoa vai cuidar do problema”; o risco é enfrentado como desafio ativo que fere a auto realização. (GIDDENS, 1996, p. 219).

Segundo ele, existem elementos que afetam a ricos e pobres sem distinção, como as questões básicas para a felicidade, a segurança, auto-realização e amor próprio, o problema obsessivo do produtivismo, assim como os problemas causados pela prosperidade crescente ao meio ambiente. Por isso, ele propõe um acordo entre ricos e pobres, em que ambos buscariam uma mudança de hábitos e estilo de vida no comprometimento com medidas práticas como a proteção ambiental, proteção das tradições e solidariedades locais, maior flexibilidade dos empregos, entre outras.

O capítulo 8 é intitulado “A modernidade sob um signo negativo: Questões ecológicas e política de vida”. Nesse capítulo, Giddens analisa as diferentes vertentes do pensamento verde e tenta demonstrar com quais doutrinas políticas suas ideias mais se afinam. De forma geral, ele mostra que o pensamento verde, em sua estruturação naquele período histórico, encontrava-se ambíguo. De um lado, os verdes se mostravam contrários ao progressivismo, portanto reticentes aos ideais esquerdistas, trazendo o argumento conservador de preservação da natureza. Por sua vez, os conservadores acusavam-lhes de utilizar ideias socialistas travestidas de conservadorismo. Por fim, a conclusão a que chega Giddens é que a filosofia verde encontrou muito mais espaço entre os socialistas e liberais.

Mas, para que se tivesse uma melhor ideia do que significa o pensamento verde, o autor traz a discussão diretamente sobre a natureza, centralizando no debate entre ambientalistas e ecologistas. Os primeiros defendiam uma proteção da natureza com objetivo de preservá-la como um fim em si, bem como a garantia de recursos para o homem (natureza entendida como todos recursos e meio ambiente físico não-humanos). Já os ecologistas abrangem a reflexão e começam a se questionar, além da preservação da natureza, de que forma a sociedade poderia viver e se relacionar com a natureza.

Nessa linha, Giddens chama atenção para diversos questionamentos morais que se levantam tendo como base a reflexão dos ecologistas. Segundo o sociólogo, deve-se ter em mente, quando se trata do tema da natureza, o mundo globalizado e destradicionalizador em que se encontravam as pessoas na década de 1990. Por isso, ele elege as principais questões que se colocam na relação entre a vida humana e a natureza, quais sejam, a proteção ambiental *versus* sua degradação, a questão da reprodução natural ou artificial, os sistemas globais que envolvem acidentes, desastres e cooperação global e questões pessoais de saúde, vício e psicológicas.

No tópico “Natureza: Vivendo nela e com ela”, o autor expõe de forma direta algumas contradições que ele identificou no pensamento verde. Muitas delas se apoiam na crítica à ciência e a tecnologia, mas em algum momento retornam a elas para explicar suas ideias. Ele enumera as críticas em:

1. Alguns defendem uma revolução pacífica profunda capaz de estabelecer uma nova ordem não industrial, o que vai contra pontos fundamentais do pensamento verde, de continuidade e interdependência;
2. Não há uma correlação direta entre a volta à natureza e a preservação de costumes locais, religiosos;
3. O argumento de que sociedades mais próximas à natureza vivem em maior harmonia com ela não se sustenta, na medida em que esta pode ser hostil sem uma mínima intervenção humana;
4. O domínio sobre a natureza não pode ser sempre taxado como maléfico, uma vez que seu controle pode trazer benefícios com a melhora da preservação;
5. A defesa da descentralização social entra em conflito com a ideia de que mecanismos de limitação de danos à natureza necessitam de autoridades centralizadas;
6. A defesa de comunidades locais em favor da diversidade e em detrimento da vida nas cidades também é falsa, uma vez que cidades podem apresentar alto grau de diversidade frente à homogeneidade da comunidade local.

A teoria verde de Goodin, importante teórico dessa doutrina, afirma que monumentos ou construções históricas devem também ser preservados, igualmente como a natureza. Giddens comenta, porém, que esse argumento se torna apenas uma versão do conservadorismo filosófico, e faz a ressalva de que não se deve incorrer no erro de preservar a tradição desses locais históricos ao modo tradicional.

Outro tema importante analisado por Giddens são as questões de reprodução. Ele dá ênfase, em sua explicação, ao Projeto Genoma, o qual propunha uma revolução genética na década de 1990, com a intenção de mapear os genes humanos, o que mostra a ânsia do homem em obter o controle sobre a natureza.

Esses temas, segundo o autor, geram importantes questionamentos morais sobre a vida. Tome-se por base a questão do hormônio do crescimento produzido artificialmente. Alguns pais, mesmo sem necessidade expressa por médicos, passaram a comprar e dar para

seus filhos tal hormônio no intuito de que estes tivessem melhor desempenho esportivo, sem saber as consequências que poderiam ocorrer. Esse é um exemplo claro de risco artificial, segundo Giddens, do qual podem desdobrar novos riscos imprevisíveis. Abriu-se um debate, portanto, sobre qual altura seria “natural”, na medida em que se queria determinar ser mais ou menos alto.

Portanto, os riscos e incertezas artificiais que as descobertas científicas apresentavam alteraram um pouco o papel da ciência, como não mais detentora da “verdade” pura. Ou seja, algumas informações eram entendidas e aderidas pela sociedade sem antes mesmo terem o aval de comprovação pelos cientistas. A essa rapidez do mundo moderno Giddens atribui a mudança do papel da ciência.

Sobre os riscos de grande consequência, o aquecimento global é um dos principais, e está fora da capacidade humana de previsibilidade. A consciência de que esses riscos existam é o motivo alegado por Giddens para a existência do desejo de volta à segurança da natureza.

Mas como lidar com estes riscos e aumentar o nível de segurança? Ele sugere a prevenção. O alagamento do rio Mississippi, nos EUA, em 1993, e a disseminação do vírus da AIDS, são exemplos mostrados por Giddens de que a prevenção se torna um importante fator para que desastres naturais não causem grandes estragos. Contudo, há nisso seu preço a pagar. O “alarmismo” de algumas pessoas parece representar um princípio geral das incertezas artificiais, ainda que não seja necessária a criação de certa ansiedade com o objetivo da prevenção. Esse se torna um meio importante de resolução de problemas, e não só a introdução de mais ciência e tecnologia, no que diz respeito aos riscos de grande consequência.

No tópico “Meio ambiente e pessoalidade”, Giddens passa a um debate mais pessoal (lembrando que isso não é estranho, devido à alta relação entre o global e o pessoal na modernidade). Ele afirma que o *self* e o corpo passaram a ser moldados, as pessoas passaram a buscar uma forma para eles e, portanto, saíram da esfera “natural”. Nesse contexto de preocupação com o corpo, a busca por remédios e alimentos naturais (ervas ou homeopatia) ganhava força.

Outro problema a ser enfrentado era a ecotoxicidade, visto que os meios ortodoxos de medição de riscos não eram suficientemente capazes de quantificar as consequências no corpo humano. Tal questão leva Giddens a defender que as discussões acerca das questões globais, de riscos de grande consequência, devam estar entrelaçadas com as pessoais, do *self* e do corpo. O principal desses riscos, segundo Giddens, é o de uma grande guerra, que será explicado no capítulo subsequente.

No capítulo 9, Giddens se preocupa com “A teoria política e o problema da violência”. Afirma que poucas teorias políticas se preocuparam com esse tema. Quem mais se aproximou foram os conservadores, porém mais por uma abordagem com vistas a tolerá-la (exaltação da guerra) do que a de superá-la. Contudo, na visão do autor, três questionamentos básicos são fundamentais: o papel da guerra, da violência sexual e da violência por diferenças étnicas ou culturais.

A saída para o problema, sugere o sociólogo, seria a busca pela pacificação de todas as formas de violência, legitimadas pelas autoridades ou não. Nesse contexto, a relação do Estado com a violência torna-se central. Em uma retomada histórica, Giddens relata que a detenção da violência pelo Estado foi sempre menor nos Estados pré-modernos, uma vez que lutas entre famílias ou chefes locais descentralizavam seu monopólio. Com o tempo, a pacificação do Estado-nação internamente deu lugar à criação de exércitos voltados para a violência externa, em direção a outros países. O militarismo no pós-guerra foi perdendo força, juntamente com o esforço em se evitar uma guerra nuclear durante a Guerra Fria, devido a fatores como a diminuição do nacionalismo clássico e o “desaparecimento de inimigos externos visíveis”. Entretanto, em uma sociedade ideal, pós-militar, Giddens enxerga a real diminuição da possibilidade de guerras de grande escala.

Outro fator essencial à análise é o presente no tópico “Masculinidade e guerra”. A esse respeito, Giddens mostra que a guerra e o militarismo sempre estiveram relacionados à masculinidade, mas não sem ser influenciado pela entrada das mulheres nas Forças Armadas.

Nesse embate de gêneros, a violência de homens contra mulheres – devido a papéis de gênero definidos ao longo da história em uma sociedade patriarcal – torna-se relevante na discussão. A violência de homens contra outros homens também faz parte dessa

dinâmica de dominação patriarcal, uma vez que a intenção é de se reafirmar a masculinidade e que esta seja percebida e reforçada com relação às mulheres. A violência contra as mulheres, mais recentemente, passou a ser uma reação contra a dissolução do sistema patriarcal, afirma Giddens.

Ele identifica, porém, que houve no século XX muitos avanços com relação à conquista de direitos e a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho. Mas como extinguir ou equilibrar a ainda existente violência masculina contra a mulher? A resposta está no declínio do militarismo. Na medida em que este recua, recua também a violência contra as mulheres. Em uma democracia dialógica, como já foi proposto pelo autor, em que o diálogo prevalece, a tendência é que se neutralize a violência.

No que tange à violência por diferenças étnicas ou religiosas o autor destaca que a relação entre democracia dialógica e combate ao fundamentalismo deve estar sempre à vista. O isolamento geográfico não resolveu o problema de países que o fizeram, assim como nas próprias cidades esta estratificação entre as subclasses exista em grande medida. A única solução para o problema é o caminho do diálogo, afirma Giddens. (Embora o autor não explique de maneira mais satisfatória como o diálogo deve ser colocado em prática. Parece-nos que a necessidade do diálogo, no caso do conflito entre Israel e Palestina, por exemplo, é um dado óbvio. A questão em aberto é o *como* fazer com que as duas nações entrem nesse diálogo efetivamente).

No último capítulo, “Questões de atuação e valores”, Giddens relembra todos os principais temas discutidos no livro. De forma sintética, ele aponta as principais bandeiras de uma política radical necessária no mundo moderno: combate à pobreza, à degradação ambiental, ao poder arbitrário e ao uso da violência. Ademais, discorre sobre crise ecológica, o problema do *Welfare State*, crítica ao produtivismo, ordem pós-escassez, e realismo utópico.

Giddens parece deixar em aberto a forma prática pela qual suas ideias seriam implementadas. Ele rechaça a afirmação do socialismo de que a classe responsável pela condução da história é a dos “despossuídos”, a qual seria “falsa”, em suas palavras. Contudo, ele não indica quem seria responsável por essas mudanças, deixando a tarefa, na nossa visão, para toda a sociedade mundial.

Em certo ponto, encontramos argumentos que entram em confronto direto com a ideia de Bobbio sobre esquerda e direita. A discussão sobre os argumentos a favor ou contra a existência da distinção não têm muito lugar ao longo do livro. Giddens parece admitir de forma pressuposta a existência da díade, mas ao mesmo tempo propõe sua ideia de sociedade ideal apesar dela (política radical), introduzindo elementos que não necessariamente são discutidos no âmbito da distinção. Fato é que ele ainda apresenta contradições na díade direita e esquerda, como no excerto que segue:

No todo, a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder. Esse contraste é real e continua sendo importante. Mas seria difícil levá-lo muito longe, ou fazer dele um princípio dominante. Na verdade, nenhum conservador, hoje em dia, defende a desigualdade e a hierarquia à maneira do Velho Conservadorismo. [...] Os conservadores que criticam os neoliberais geralmente o fazem por considerarem os modelos de livre mercado produtores de uma sociedade excessivamente dividida; eles querem menos desigualdade e não mais. (GIDDENS, 1996, p. 284-85)

Por fim, ele conclui que os valores morais fundamentais à convivência dos homens estivessem mais em voga que nunca no mundo globalizado. Os desafios que a modernidade apresentava retomam cada vez mais a necessidade da busca da convivência com o outro, do diálogo e da solidariedade cosmopolita.

Capítulo 3: Esquerda e direita no pensamento de Murray Rothbard

O terceiro capítulo será destinado à análise do pensamento do economista e pensador norte-americano liberal Murray Rothbard sobre os conceitos de esquerda e direita, especialmente no Estados Unidos. Para isso, utilizaremos sua obra *Esquerda e direita: Perspectivas para a liberdade* (1979), em que o autor discorre sobre a doutrina libertária e suas possibilidades de atuação na nação norte-americana.

3.1. Uma análise da apresentação de *Esquerda e direita*

A apresentação, assinada por Arthur A. Ekirch, situa o leitor sobre qual a relevância e contribuição de Rothbard ao pensamento liberal. Ele descreve um breve panorama histórico sobre as movimentações de pensadores e partidos no espectro político, sobretudo nos EUA, e como suas preferências e ideias os aproximaram ou afastaram de governos e medidas como o *New Deal*, de Roosevelt. Nessa apresentação, Ekirch já nos indica novas discussões presentes no livro, como a existência do termo “libertário”, no qual se encaixa Rothbard e, dentre outros aspectos, a afirmação do autor de que não há distinção entre liberalismo econômico e político.

3.2. Uma análise dos capítulos de *Esquerda e direita*

O capítulo 1 do pequeno livro *Esquerda e direita* é nomeado “Otimismo e pessimismo”. Muito direto e transparente em seu raciocínio, e simples em seu vocabulário, o pensador norte-americano inicia o livro refletindo sobre a posição dos conservadores. Segundo ele, o pessimismo desses pensadores sobre o futuro distante os tornam imediatistas. Rothbard alerta, porém, para o erro que alguns libertários incorrem em aderir

o pessimismo dos conservadores, uma vez que a perspectiva de liberdade para o futuro distante deveria ser o oposto, a do otimismo.

No capítulo 2, “A derrocada da velha ordem”, Rothbard relata rapidamente o processo de transformação ocorrida no século XVIII e a passagem da velha ordem feudal do *Ancien Regime* para a prevalência do sistema liberal no Ocidente. O “desenvolvimento pacífico” do capitalismo foi abrindo espaço para as economias de mercado, e as sociedades militares e arcaicas deram lugar a sociedades industriais e pacifistas.

O capítulo 3, intitulado “Ascensão e declínio do liberalismo”, tem sua análise centrada nos períodos de evidência e decadência da doutrina liberal. Rothbard explica que, após a queda do Antigo Regime, o espectro político se polarizou: na extrema-esquerda o liberalismo, radical e revolucionário, e na extrema-direita o conservantismo, desejando a volta do regime teocrático e arcaico.

O autor reflete então o porquê do declínio do liberalismo no século XIX e sugere que um dos fatores principais, e este é um argumento filosófico, é que os liberais se acomodaram devido a seu sucesso no Ocidente, e deixaram um pouco de lado o radicalismo em defesa dos direitos naturais, aderindo ao *status quo*.

Outro fator tão importante quanto o mencionado anteriormente foi a emergência do darwinismo social e sua ideia de evolução gradativa, lenta e milenar, contrária à revolução como meio de mudança de quem está no poder, defendida pelo liberalismo daquele tempo. Alguns liberais, como Herbert Spencer, tiveram uma guinada à direita, tornando-se conservadores (na medida em que, no plano prático, defendiam o imperialismo britânico sobre a Irlanda, o que ia contra os preceitos liberais).

O capítulo 4, “Ascensão e declínio do socialismo”, é guardado para a análise do socialismo que surge, para Rothbard, no vácuo que o liberalismo deixou no século XIX. Nesse ínterim, o autor posiciona o socialismo com duas vertentes: a de direita, inspirada em Saint-Simon, e a de esquerda clássica, em Marx e Bakunin. (Seria interessante uma investigação na literatura sobre esta proposta de existência de um socialismo de esquerda e um de direita.) Eles defendiam aspectos ligados tanto ao liberalismo, o progresso para o povo, industrialização e oposição à guerra, quanto ao conservantismo, pois tinham como

meio o estatismo e o coletivismo. O socialismo então toma lugar como doutrina de esquerda majoritária.

A aproximação entre socialismo de direita e conservantismo é especialmente ressaltada por Rothbard, na medida em que ambos defendiam medidas conservadoras, ainda que o socialismo travestisse seu discurso com “um demagógico verniz populista” (ROTHBARD, 2010, p. 23). Na Alemanha e na Itália, onde tiveram sua expressão mais latente, fez-se surgir o fascismo e o nacional-socialismo, com seu impulso militarista e imperialista.

A culminância dessa aproximação se dá na Primeira Guerra Mundial, em que todos os partidos socialistas dão apoio a seus países para a guerra (com exceção do partido socialista dos EUA), até que Lênin retome o pensamento do socialismo clássico.

Rothbard, no capítulo 5 “Coletivismo, progressismo e o *New Deal*”, combate a ideia de que o plano do *New Deal*, de Roosevelt, representou um direcionamento à esquerda e ao socialismo. Ele afirma que as medidas tomadas pelo presidente já vinham sendo renunciadas nas duas décadas anteriores, e que a atitude econômica do governo se parecia muito mais com o fascismo e o socialismo de direita, nos quais havia concentração do capitalismo de Estado e exploração dos operários por meio da fixação de baixos salários reais.

Ao contrário ainda do que afirmam muitos historiadores, o período de 1900 a 1916 não representou a criação de monopólios e a conseqüente intervenção estatal para dissolvê-los, mas o oposto. Através do trabalho de Kolko (1963), Rothbard tenta provar que as forças do livre mercado não permitiram isso, e que “o privilégio de monopólio só pode ser criado pelo Estado, não podendo resultar de operações do mercado livre” (ROTHBARD, 2010, p. 29). Nesse sentido, ele demonstra que a criação de agências reguladoras e a intervenção do Poder Executivo é que promoveram a concentração e monopólio.

O militarismo favoreceu a assinatura de contratos entre o governo e a indústria bélica, formando assim o conhecido complexo militar-industrial norte-americano. Assim, afirma Rothbard, foi criado um modelo de sociedade, de subordinação ao burocrático e militarista no Estado norte-americano.

A resposta libertária, título do capítulo 6, vai no sentido da “retórica populista” de Roosevelt, como Rothbard o qualifica, analisando a carreira de Albert Nock, libertário radical da extrema-esquerda. Com o advento do *New Deal*, muitos libertários foram deslocados para a ala dos conservadores, explicado sobretudo pelo pessimismo que lhes tomou conta, não entrevendo possibilidade de um dia a sociedade alcançar a plena liberdade. Nesse desarranjo ideológico, os libertários, que sempre se opuseram à guerra e ao militarismo, se viram adeptos de uma direita apoiadora da guerra. Essa desorientação ideológica fragilizou-lhes a identidade política.

No capítulo seguinte, “Em defesa do otimismo”, Rothbard sustenta que há motivos para otimismo entre os libertários. Tendo em vista os grandes avanços das revoluções que solaparam o *Ancien Régime* e a superação da cultura estatista e militarista prevalente até o século XVIII em todas as sociedades, são grandes as perspectivas para o futuro. Estas perspectivas, segundo ele, são as do livre mercado, único meio de se manter um sistema industrial pujante, ao contrário do fracasso da economia socialista coletivista.

Sobre “A importância do otimismo”, Rothbard afirma nesse capítulo que as “condições objetivas” que mostraram o fracasso da economia socialista já estavam postos, só faltava um número suficiente de libertários para “conduzir os povos ao caminho certo”, o caminho do “mercado livre totalmente”.

Depois, ele tenta basicamente animar os libertários desalentados e que se sentem isolados, afirmando que os liberais do passado enfrentaram dificuldades muito maiores do que as enfrentadas nos anos 1970. Por fim, exalta os valores da juventude como mola propulsora desse otimismo, em oposição ao pessimismo dos mais velhos.

CONCLUSÃO

Após a finalização do trabalho, terminamos com mais questionamentos em aberto do que respostas propriamente ditas, o que nos permite avaliar, ao menos inicialmente, a grande aventura da produção do conhecimento científico, que sempre aponta de questionamentos iniciais para questionamentos ainda mais profundos.

Será que a definição de Bobbio para a direita e esquerda, que relaciona a igualdade e a desigualdade, é realmente a mais adequada? À primeira vista, parece-nos que sim, mas não podemos decretar essa máxima sem antes ressaltar a necessidade de maiores investigações sobre o tema. Contudo, podemos tirar algumas conclusões sobre as ideias do pensador italiano.

A obra de Bobbio é, sem dúvida, a que mais foi ao encontro de nossas pretensões iniciais. Dentre os três autores, Bobbio falou mais diretamente sobre o significado fundamental da distinção direita-esquerda, e as diversas questões relativas ao assunto, apresentando, na maior parte das vezes, argumentos muito convincentes sobre a validade da distinção em questão. Ao esclarecer que tal distinção não corresponde a valores ontológicos, mas sim “caixas” que guardam significados em determinado contexto histórico, o autor desvenda a questão e aponta para uma característica importante do espectro político, qual seja, a sua inevitável flexibilidade.

A obra de Giddens, todavia, nos fornece importantes elementos para uma reflexão, à luz de nossa problemática escolhida, sobre a tal comentada globalização. O autor britânico traz à discussão, entre outros temas, o feminismo e a questão ambiental, fatores que tomam relevância no cenário atual. As mulheres ganham cada vez mais espaço nos meios corporativo e político, nos quais, e sobretudo neste último, está fortemente presente uma discussão sobre formas de melhor inclusão e representação do grupo feminino. A questão ecológica, por sua vez, é mais do que atual, e contém, além de outras, importantes questões geopolíticas, especialmente, citando um único exemplo, quanto ao embate entre Estados Unidos e China nos acordos (ou na ausência deles) internacionais de cooperação ambiental. Há que se concluir, porém, em alguma medida, que o autor não nos forneceu elementos de

grande monta para se refletir diretamente sobre as “razões e significados” da díade direita-esquerda, como presentes no pequeno livro de Bobbio.

Rothbard, em seu livro, muito mais tímido, aborda uma parte específica do debate mais amplo, que é o libertarianismo e seu papel nos Estados Unidos. Outrossim, o autor gera reflexões importantes sobre uma suposta classificação de esquerda dessa vertente do liberalismo, que se justifica por um viés “revolucionário e radical”, chamada de libertarianismo (que, nascida nos EUA, já se mostra rapidamente presente no debate público brasileiro). Com certeza, tal perspectiva pode gerar ricos debates e mais reflexão para o futuro. Assim como Giddens, não podemos dizer que Rothbard tenha nos fornecido elementos mais substantivos diretamente relacionado à nossa intenção inicial, tendo como referência, evidentemente, o mais consistente trabalho de Norberto Bobbio.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. “As afinidades de Bobbio”. In: ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. Seleção: Emir Sader. Tradução: Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 195-264.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda – Razões e significados de uma distinção política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2001.

BOVERO, Michelangelo. “Introdução”. In: BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política – A filosofia política e as lições dos clássicos*. Organização: Michelangelo Bovero. Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 09-63.

COSTA, Sérgio. “Quase crítica: Insuficiências da sociologia da modernização reflexiva”. *Tempo Social*, vol. 16, no. 2, 2004, pp.73-100. [Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a04.pdf>]

FUKUYAMA, Francis. “O fim da História?” Trad. s/n. *Jornal da Tarde*, 28/out/1989.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita – O futuro da política radical*. Tradução: Alvaro Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

ROTHBARD, Murray. *Esquerda e Direita: Perspectivas para a Liberdade*. Tradução: Tiago Chabert. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

SALATINI, Rafael. “Bobbio e a distinção direita-esquerda”. *Outono 21*, v. 01, n. 01, 2015, pp. 75-79. [Disponível em: http://www.revistaoutono21.com.br/outono21/resenha_rafael1.pdf]

SANTILLÁN, José Fernández. “Apresentação”. In: BOBBIO, Norberto. *O filósofo e a política – Antologia*. Organização: José F. Fernández Santillan. Tradução: César Benjamin/Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003, pp. 15-54.